

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO -----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luis Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por Igor Boal Roçadas, Primeiro Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Rosa Maria Gomes Lourenço, António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda, André Manuel Rabaça Bernardo, Mário Rui Pacheco dos Reis Costa, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor e Vitor Jorge Oliveira Martins. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** - Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva, António Manuel Pimenta Prôa, José Luis Rezende Moreira da Silva e Sara Luísa Nunes de Sousa Santos. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Ana Rita Gagean de Sousa Guerra Costenia, José Lima Andrade dos Santos Correia e Teresa Alexandra Campos Aguiar Gameiro. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU):** – Ana Cristina Nunes Gouveia e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Joana Vanessa Henriques Medeiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ana Luísa Regedor; -----

----- Rita Alexandra Delgado Branco dos Santos Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vitor Martins; -----

----- Abel Manuel de Matos Alves dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Gameiro; -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Gostava de voltar a falar com a nossa Assembleia de Freguesia no sentido em que com o ano letivo tendo iniciado e bem sabendo que parte das competências que a Junta de Freguesia tem, tive oportunidade já de falar com o Vogal Ricardo Varela a respeito do tema da educação, partilhar com esta Assembleia de Freguesia algum tema que me parece que após o início do ano letivo é importante retomarmos para que isto não caia no esquecimento.* -----

----- *É devido que o superior interesse das crianças seja salvaguardado e a Escola Teixeira de Pascoais, que a Vereadora Assunção Cristas teve oportunidade de visitar por altura da abertura do ano letivo, pelo menos todos nós percebemos isto em nossas casas às oito da noite, no Jornal da Noite. Não basta apenas irmos visitar a obra que está embargada, é preciso que nós tenhamos um papel ativo.* -----

----- *Esta manhã estive reunido com o Professor Rui Lopes, o coordenador da escola. Tive o cuidado também de falar com ele, sei que a Junta de Freguesia dentro daquilo que são as suas competências, as suas capacidades de resposta, sei que têm sido diligentes e têm tido a capacidade de estar presentes, mas a verdade é que parece-me importante que esta Assembleia tenha conhecimento de algumas coisas que são gritantes.* -----

----- Cerca de 50% do edificado está inoperacional, não é possível ser utilizado para atividades lúdicas ou recreativas, nem tão pouco para atividades letivas. Uma instalação que tem onze turmas, tem onze salas de ensino primário e três salas de jardim infantil, que continuam a funcionar com estes números, sendo que seis salas permanecem operacionais e cinco salas estão naqueles contentores montados em metade do recreio que está, digamos, “operacional”, de facto estão lá cinco turmas instaladas.-----

----- Instalações sanitárias é um problema que me parece que devemos olhar para aquilo, porque parece-me que já é um problema de saúde pública. Passámos de uma instalação que tinha nove conjuntos sanitários para rapazes e nove conjuntos sanitários para raparigas, passar a ter três mais três para rapazes e raparigas parece-me manifestamente insuficiente.-----

----- Não posso deixar de partilhar e de pedir ao Executivo, quer seja ao Senhor Presidente que sei que tem voto e tem assento na Assembleia Municipal, que pugne de uma vez por todas não cairmos no mesmo erro que aconteceu no início do ano letivo, em que estiveram presentes representantes do Senhor Vereador da educação, estive o Agrupamento de Escolas de Alvalade, estive também a Junta de Freguesia. A verdade é que o concurso público estará em andamento, esperamos nós, prevê-se que estas obras que já duram dois anos, durem ainda mais dois anos, se tivermos sorte e isto sendo bastante otimista.-----

----- A primeira vez que foi falado sobre as obras na Teixeira de Pascoais em sede de Câmara Municipal de Lisboa, em termos de decisão de reabilitar o edificado, foi em 2012-2013. Parece-me que passada esta meia dúzia de anos continuamos sem saber o que é que queremos fazer desta obra do Arquiteto Athougya. Como é que nós permitimos que um empreiteiro tenha a irresponsabilidade que teve e nem sequer somos capazes de lançar um concurso público com carácter de emergência para salvaguardar aquilo que é o superior interesse das nossas crianças?-----

----- É gritante ouvir os pais dos colegas da minha filha dizerem que provavelmente para o próximo ano, como passam para o ensino primário, irão procurar outra escola. Sabem o que é que vai acontecer? Vai haver uma sobrepressão na escola primária de São João de Brito, na escola do Bairro de São Miguel, no Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre. Vamos desertificar aquilo que é Alvalade, vamos começar a permitir que as nossas crianças, algumas residentes e outras filhas de trabalhadores, comecem a procurar soluções nas nossas fronteiras, nas zonas limítrofes.-----

----- Parece-me que isto é um problema social que deve ser também apresentado pela Junta de Freguesia, uma vez que é competência da Junta de Freguesia pugnar pelo interesse dos seus fregueses.-----

----- É importante também partilhar convosco que esta solução de termos contentores dentro do recreio para servir de salas de aula e de refeitório, parece-me bastante interessante, não fosse o facto da própria vigilância e segurança do recreio ficar limitada por falta do campo de visão dos próprios auxiliares, que pelas condicionantes parecem ser escassos.-----

----- Ter noção que em dias de chuva não é possível usar o que resta de espaço exterior. Existem cerca de 300 crianças que têm o seu recreio dentro daquilo que é o corredor da escola. Para quem já teve oportunidade de votar nesta escola percebe que aquele corredor certamente não está preparado para 300 pessoas.-----

----- Julgo que não vale a pena fazer referências àquilo que é o passado. Temo-nos apercebido que a CML instalou contentores que eram de interior, que foi preciso fazermos um telheiro por cima dos contentores, que foi preciso termos grandes situações de entupimentos porque o empreiteiro resolveu fazer uma manilha de esgoto

que não era possível recolher aquilo que são os dejetos das crianças, tão pouco ter a sobrecarga que aquele bloco de instalações sanitárias tem. -----

----- É também gritante nós percebermos que assim que tivemos os monoblocos montados tínhamos temperaturas de 36 e 37 graus no interior das salas de aula, coisa simpática para crianças que estão no ensino primário.-----

----- É engraçado perceber que a educação física, da qual o Professor Rui hoje de manhã partilhava comigo, tem orgulho de ser das primeiras escolas que em Lisboa se começou a falar em educação física como oferta curricular e que a Junta de Freguesia foi obreira nesta parceria, que foi uma parceria eficaz e de valor acrescentado àquilo que é a atividade da escola, não é possível ser realizada sempre que chove. A alternativa é tão simples como não há educação física nos dias em que chove. Não há alternativas na zona, não há alternativas nas zonas limítrofes. -----

----- Perceber que desde 2017-2018 estamos neste ambiente, recreio rodeado de obra. Estamos a viver com as nossas crianças dentro de um estaleiro de obra. Ainda hoje de manhã perguntava ao Professor Rui se no próximo ano letivo a lista de material escolar vai passar a incluir um capacete e umas botas de proteção com biqueira de aço e um colete refletor, porque parece-me claramente que nós não estamos aqui a promover a escola primária, estamos sim a promover quase mestrados em engenharia civil a estas crianças.-----

----- Eu percebo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tenha dado algumas reportagens, há coisa de um ou dois anos, a dizer que adorava este âmbito de viver num estaleiro de obra, numa cidade em obras, que era muito movimentado. Eu desafiava-o a transferir o gabinete dele para perto do gabinete do Professor Rui. Hoje reuni-me com ele, com vários materiais da escola desordenadamente empilhado à volta da mesa dele e que ele estoicamente se mantém dentro do gabinete dizendo que “nem faço questão de ter um gabinete, mas venha comigo à sala dos professores e à sala dos auxiliares”. -----

----- Sabem o que é que eu vi na sala dos professores? Papel higiénico empilhado, material das aulas empilhado. Vi um aluno da educação especial a ter o seu apoio nessa sala. Fui à sala dos auxiliares, onde elas habitualmente até fazem a sua refeição. O que é que eu vi? Mais material empilhado, mais outro aluno da educação especial a ter apoio nessa zona. -----

----- De uma vez por todas eu peço à Junta de Freguesia, ao Executivo, mas mais do que ao Executivo eu pedia que todas as forças políticas aqui presentes fossem de facto ativas e que não continuemos a assobiar para o alto. A escola da Teixeira de Pascoais precisa urgentemente de intervenção dos poderes políticos e é para isto que, entendo eu, serve a política, construir a nossa comunidade e termos uma resposta que esteja à altura daquilo que é o futuro da nossa civilização. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu o conjunto de questões colocadas. O Executivo considerava que os problemas da Escola Teixeira de Pascoais seriam porventura o maior problema da Freguesia e que requeria mais e melhor atenção. Era um problema que tinha um histórico, tinha lastro e já desde outubro do ano anterior a Junta de Freguesia de Alvalade em comunicações, em conversas diárias com o Senhor Vereador, com o Senhor Presidente da Câmara, alertava para esse problema e sugeria alterações e uma resolução rápida do problema. -----

----- Conhecia a comunicação que um conjunto de cidadãos enviara ao Senhor Presidente da Câmara, que fora enviado com conhecimento à Junta de Freguesia, e era bem capaz de a subscrever. -----

----- Agradeceu o conjunto de cumprimentos feitos ao trabalho da Junta de Freguesia, fosse no âmbito do desporto júnior ou nas pequenas obrigações legais que a Junta de Freguesia tinha para com a escola. Infelizmente sentia que elas eram insuficientes, não porque pudessem fazer mais do ponto de vista prático em prol da escola, mas porque considerava que a escola precisava de uma postura política mais forte, mais assertiva, relativamente àquilo que tinha sido feito. -----

----- A Junta de Freguesia, antes com o Vereador Ricardo Robles e já com o atual Vereador, sugerira perante as dificuldades da obra um conjunto de alternativas muito significativas. Não tanto ao projeto, mas para que a escola pudesse ser fechada com a distribuição dos alunos por um conjunto de escolas da Freguesia para que as aulas pudessem decorrer da maneira mais célere possível. Era uma sugestão que tinham feito e que não fora aceite na altura. -----

----- Também propuseram que fosse feita uma escola de substituição no terreno, para que não acontecesse aquilo que acabara por acontecer, que era terem contentores e a chover lá dentro. -----

----- Não dizia que a intervenção do freguês fosse alarmista, porque de facto muitas vezes as crianças estavam com os pés encharcados dentro dos contentores. Era uma situação dramática e era triste que em 2018 tivessem uma situação dessa ordem numa Freguesia da Capital. -----

----- A Junta estava de maneira por vezes violenta com os serviços da Câmara, mas muito mais forte com o gabinete do Senhor Vereador da educação, a sugerir uma resposta célere. O que sabiam da parte do gabinete do Senhor Vereador era que estava prevista uma alteração ao projeto, que seria apresentado em janeiro com vista a que as obras começassem em setembro do próximo ano. Isso significava que passariam mais um ano letivo com o problema nas mãos e possivelmente teriam o próximo ano letivo com as obras a decorrerem, não garantindo um ano letivo saudável para aquelas crianças. -----

----- No corrente ano tiveram as turmas todas preenchidas e ainda não ocorrera aquilo que o freguês perspetivava com alguma razão. Tinha estado presente em duas reuniões com os encarregados de educação e com a direção da escola, em que fora discutido um conjunto de situações. Numa das reuniões estava o Senhor Vereador, na outra estava o assessor do Senhor Vereador. Reproduzira-se na íntegra grande parte das preocupações dos senhores professores. -----

----- O que podia dizer era que para a Junta de Freguesia tratava-se de um dos principais problemas que tinha em mãos. Enquanto entidade política e institucional local fariam tudo o que estivesse ao alcance junto da Câmara Municipal para que o problema se resolvesse o mais depressa possível. Apresentavam alternativas e sugestões que não resolveriam o problema a breve trecho mas reduziriam largamente o âmbito de preocupação, continuariam a apresentar alternativas esperando que do outro lado houvesse uma parte de solidariedade. -----

----- Reconhecia que ao cair o talude de obra isso tinha sido dramático, porque atrasara o processo se calhar para mais um ano e meio ou dois de obras, mas a Junta de Freguesia tinha estado ativa na procura de soluções e continuava participativa. Se fosse preciso aumentar o grau de violência nessa escala de preocupações o assunto não ficava esquecido, como aliás nunca estivera. -----

----- O freguês Pedro Aparício podia contar com a Junta e agradecia-lhe a participação cívica e cidadã, que noutros âmbitos tinha dado um *apport* muito significativo a essa questão. -----

----- **Freguês Pedro Aparício:**-----

----- “Agradeço muito o habitual registo que tem partilhado connosco, é isso que se espera de uma Junta de Freguesia e nada mais. A questão é que nós não podemos esperar que a obra comece em setembro. Acho que todos os que aqui estamos compreendemos que o ano letivo, em agosto há uma paragem, a obra tem que estar a ser executada em agosto, não pode iniciar-se em setembro. A obra tem que estar adjudicada a tempo de em agosto o empreiteiro, sem crianças dentro do recinto escolar, poder fazer as obras pesadas de recuperação daquilo que foram os aluimentos de terras, fazer as contenções das estruturas que foram quase destruídas pelo empreiteiro anterior e no entretanto fazer-se cumprir aquilo que foi promessa do assessor do Vereador da educação e que era estudar como aquele amontoado de pedras, de terras e detritos de obra possa transformar-se novamente em recreio, onde já foi um campo de basquete. -----

----- Uma coisa é nós vivermos naquilo que é urgente. Neste momento urgente era que de facto a coisa não tivesse caído, que a coisa estivesse resolvida e tivéssemos as coisas resolvidas. É urgente que em setembro a obra já esteja a andar, é urgente que em agosto a obra já esteja iniciada, quando não houver crianças dentro da escola.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma relação contratual da obra e que seria sempre a Câmara Municipal a fazer. A Junta de Freguesia seria porta-voz da exigência para que as obras se fizessem o mais depressa possível e que ficassem concluídas o mais depressa possível. -----

----- Não respondendo a questões de ordem prática da obra, porque não estava apto para isso, a Junta de Freguesia seria porta-voz, como aliás já tinha sido. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 7** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 7**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, **por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Informou que foram apresentadas duas moções da CDU e um documento do CDS, relativamente ao qual tivera oportunidade de conversar antes do início da reunião, que daria azo a um esclarecimento escrito da Junta de Freguesia, pelo que dispensariam a discussão na presente Assembleia. Havia também uma proposta da Junta de Freguesia. Essas três peças teriam que ser votadas. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, questionou o Senhor Presidente da Assembleia sobre aquilo que diria no limite uma curiosidade. Tinha referido um documento proposto por uma força ali representada para o PAOD e que seria respondido pela Junta de Freguesia. Tendo em conta que esse documento fora proposto para um ponto da ordem de trabalhos, seria interessante que todos os Membros da Assembleia de Freguesia tivessem conhecimento dele, independentemente do encaminhamento muito pertinente que o Senhor Presidente teria feito desse mesmo documento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que formalismo por formalismo, o documento fora apresentado sob a forma de requerimento fora de tempo. Estava sempre dispoível para seguir as regras direitinhas, mas também estava sempre disponível para tornar as coisas mais práticas e mais eficientes. Poderia ter informado que entrara um requerimento fora de tempo e que a Mesa não aceitara, mas como entendia ser um assunto merecedor de um esclarecimento por parte da Junta, uma vez que estava em causa a definição de um procedimento tipo, parecera adequado que fosse essa a solução mais prática, o esclarecimento ser prestado dessa forma. -----

----- Se fizessem muita questão, pensava que da parte da Junta também não haveria dificuldade em prestar essa informação, que seria na forma escrita e de modo muito sintético prestada também oralmente.-----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** começou por dizer que o pedido não fora propriamente intempestivo, porque a pretensão aquando da entrega do requerimento não era que o assunto fosse levado à Assembleia de Freguesia. Aliás, já nesse ano civil o CDS tivera oportunidade de apresentar requerimentos em que solicitava esclarecimentos escritos por parte do Executivo.-----

----- O tema em alusão dizia respeito a um freguês, uma situação de sinistro automóvel em que havia um conjunto de partes, entre as quais a Junta de Freguesia. Havia um montante que estava para ser reembolsado em mais de um ano, esse freguês entrara em contacto com os autarcas do CDS na Freguesia de Alvalade e era nesse sentido que o requerimento fora entregue.-----

----- Tinha sido entregue nesse próprio dia por quase coincidência, não sendo intenção do CDS que esse assunto fosse discutido de imediato, até porque reconhecia que podia ser um assunto e um processo com alguma complexidade. A informação ficaria mais completa se a resposta fosse apresentada por escrito, até para esclarecimento do próprio freguês. Portanto, não sentia necessidade que esse assunto fosse de imediato abordado, nem era pretensão que o tema fosse levado à Assembleia nesse dia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, uma vez que a Junta se disponibilizara e fazia questão em prestar esse esclarecimento de forma escrita, que o fizesse ao grupo do CDS e que dele desse conhecimento aos restantes grupos.-----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“-----*Teatro Maria Matos Encerrado*-----

-----*Freguesia de Alvalade Privada de mais um Equipamento Cultural*-----

----- *No passado dia 24 de Abril, os eleitos da CDU apresentaram a esta Assembleia uma Moção pela Rejeição da Concessão do Teatro Maria Matos, decisão que a CDU considera motivar o desvirtuamento no sentido comercial e mercantilista, de uma acção para a cultural que deveria, em primeira instância, ser comprometida com a Arte e com a Cultura.*-----

----- *Nessa altura fez-se o enquadramento da importância que este e um conjunto de outros equipamentos culturais tinham na cidade, mas também na definição da identidade desta Freguesia, local de confluência da criação e fruição culturais.*-----

----- *A propósito do anúncio da concessão a privados do Teatro Maria Matos, a CDU expressou também a sua preocupação com o progressivo encerramento de equipamentos culturais sediados em Alvalade, tendência que ameaça a dinâmica cultural da Freguesia e que compromete a sua evidência no panorama cultural da cidade e do país.*-----

----- *A moção foi reprovada por larga maioria.*-----

----- *Hoje, volvido quase um ano sobre a notícia vinda a público, em que a Vereadora Catarina Vaz Pinto manifestou a intenção da CML em concessionar o Teatro Maria Matos a uma entidade privada, o Teatro Maria Matos está fechado, sem actividade, não dispondo esta Freguesia de qualquer informação esclarecedora sobre o assunto.* -

----- *Numa altura em que se torna gritante a insuficiência de espaços para as estruturas de criação artística, a cidade de Lisboa e a Freguesia de Alvalade voltaram a perder.* -

----- *Assim, os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 13 de Novembro de 2018, delibere:*-----

----- *1. Manifestar o desagrado relativamente ao encerramento e inutilização do equipamento cultural de maior importância para a Freguesia e para a Cidade.*-----

----- 2. Solicitar à CML que esclareça qual o ponto de situação do Teatro Maria Matos, designadamente no que se refere ao procedimentos e prazos do concurso de concessão, e que informe por quanto tempo prevê o encerramento e inutilização do equipamento.-

----- 3. Solicitar à CML que proceda no sentido de resolver com a maior celeridade possível esta situação, procurando com brevidade a reabertura e utilização do Teatro Maria Matos enquanto equipamento de promoção cultural.-----

----- 4. Enviar esta Moção ao Presidente da CML e Vereadores dos vários partidos eleitos na CML.-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- **Membro Vitor Martins (PS)** disse que o PS nada tinha a comentar relativamente aos considerandos da moção, mas gostaria de chamar à atenção do PCP que esse assunto estava no Tribunal Administrativo de Lisboa, contestado pelo concorrente que ficara em segundo lugar.-----

----- Tinha nota de que foram noticiadas em outubro de 2018 notícias sobre essa impugnação, eram informações públicas e como tal o PS entendia que a moção não faria grande sentido e iria abster-se.-----

----- Referiu que o próprio Presidente da Câmara e a própria Senhora Vereadora ficariam muito gratos pelo teor deliberativo dessa moção, porque ela permitia esclarecer o assunto.-----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que efetivamente o assunto já tinha sido levado à Assembleia, como a própria moção contemplava, pela mão da CDU.-----

----- Quanto ao ponto 1, esse posicionamento e esse enquadramento por parte da Junta de Freguesia já fora deliberado e, portanto, a posição do CDS seria de abstenção.-----

----- Os pontos seguintes tinham um pedido de esclarecimento importante e parecia que na dinâmica da Freguesia só tinham a ganhar com isso. O voto face aos pontos 2 e 3 seria favorável.-----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que a posição sobre esse assunto quando estava a decorrer a discussão pública sobre esse processo de concessão do Maria Matos, já em janeiro tinham perguntado ao então Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade se tinha sido auscultado sobre essa questão e qual a posição da Junta de Freguesia. Em fevereiro fora respondido o seguinte:-----

----- “A grande preocupação da Junta de Freguesia de Alvalade é que o Teatro Maria Matos mantenha o seu peso no panorama cultural da cidade, através da oferta de uma programação de qualidade capaz de atrair diferentes públicos para a criação teatral. Garantindo esses propósitos, não há qualquer juízo prévio sobre o que deverá ser a natureza da entidade gestora do Teatro.”-----

----- Os tais propósitos que deviam ser garantidos, a tal manutenção do peso do Teatro Maria Matos no panorama cultural da cidade, estava atualmente em causa. Esperava ouvir da Junta de Freguesia a tal preocupação e a tal proatividade na resolução desse problema.-----

----- Não parecia que fosse um problema simplesmente atirado para o tribunal, era um problema político, que fora discutido e que se mantinha político como tal. O BE votaria a favor, por sentir que de facto havia que colocar uma posição de força da Junta de Freguesia de Alvalade em defesa de um equipamento essencial para o desenvolvimento cultural da Freguesia e da Cidade de Lisboa.-----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** disse, sobre a intervenção do CDS-PP, que no primeiro ponto estava muito claro manifestar o desagrado relativamente ao encerramento e inutilização. Que soubesse, continuava encerrado e inutilizado.-----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que não se sentia tolhido, certamente o Senhor Presidente também não faria isso, de que tinha algumas coisas para dizer no PAOD independentemente das duas moções apresentadas. -----

----- Congratulava-se por o freguês ter referido as questões que se passavam com a Escola 111, que era também uma preocupação do PSD e que referia nas Assembleias de Freguesia. Solidarizava-se com o freguês, com os professores, com os encarregados de educação, com os alunos, mas também com a Junta de Freguesia no sentido de tentarem todos em conjunto resolver esse problema o mais depressa possível, que tinha de ser resolvido a tempo. Por isso, no que fosse necessário, o PSD estaria ali para apoiar. -----

----- A situação das obras com algum atraso preocupava e não era só essa, mas também verificavam situações por exemplo no Bairro das Estacas, verificavam problemas de falta de limpeza na Freguesia, encontravam em vários arruamentos da Freguesia situações de lixo acumulado durante várias semanas e que mereciam uma atenção por parte da Junta de Freguesia no sentido de rapidamente essas situações serem esclarecidas.-----

----- Vários fregueses tinham enviado fotografias de situações que permaneciam com o lixo acumulado e com uma degradação evidente. -----

----- Pedia à Junta de Freguesia que tivesse atenção, a limpeza era fundamental, como também o correto funcionamento das escolas... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que estavam a discutir a moção. Bem sabia que havia uma discussão sobre o espaço adequado e veriam como preencher essa aparente lacuna, mas sendo o regulamento o que era no momento e estando em discussão a moção da CDU, era sobre isso que solicitava a intervenção. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que o Senhor Presidente da Assembleia não estaria com certeza a cortar-lhe a palavra se desejava usar o período de antes da ordem do dia para discutir questões fundamentais da Freguesia. Iria pronunciar-se sobre as moções entregues por outros agrupamentos políticos mas tinha o direito de falar sobre questões da Freguesia no PAOD. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** observou que não era esse o seu entendimento nem era essa a prática da Assembleia de Freguesia, nunca fora. -----

----- Voltava a repetir que em outra ocasião, em que fosse possível, eventualmente através de uma revisão do regulamento, coisa que estava a ser trabalhada. Não era essa a forma como os trabalhos tinham sido conduzidos.-----

----- O que estava em discussão era a moção apresentada pela CDU. No passado já ocorrera que com alguma criatividade a Mesa poderia considerar a possibilidade de um Membro de um grupo político sair do seu lugar, ocupar o lugar do público e falar no período de intervenção do público. Não sendo esse o caso, solicitava que o Membro José Moreira da Silva se remetesse à discussão, com os considerandos que entendesse adequados, da moção apresentada pela CDU. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que ficasse claro que não podia falar sobre assuntos da Freguesia no período antes da ordem do dia, era esse o entendimento da Mesa. -----

----- Queria apresentar imediatamente um protesto para ficar na ata e recorrer para o plenário. -----

----- Sobre a moção, o PSD estava totalmente de acordo. Rejeitara da última vez porque o PCP apenas pretendia insurgir-se contra a participação de privados na concessão do Teatro Maria Matos e nisso não estavam de acordo.-----

----- A presente moção, que no fundo era saber o que se passava com o concurso, não poderia estar mais de acordo e por isso o PSD votaria favoravelmente. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Junta também mostrara o desagrado por o equipamento estar temporariamente encerrado e inutilizado. Ele encontrava-se assim temporariamente porque acontecera um pedido de anulação do concurso por parte da segunda classificada e o processo encontrava-se atualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa. -----

----- Solicitar à CML que prestasse os devidos esclarecimentos parecia perfeitamente normal. Solicitar à CML que procedesse no sentido de resolver com maior celeridade possível a essa situação já era uma coisa que ultrapassava. -----

----- Ainda que o Membro Afonso Moreira tivesse sugerido fazer de um problema jurídico um problema político, não era. Os problemas jurídicos continuariam a ser só problemas jurídicos e não interferiam neles. Não havia nada que o poder político, relativamente a um processo judicial em curso, pudesse fazer para despachar. A Junta de Freguesia não ia fazer e certamente que a Câmara também não iria fazer. -----

----- Solicitar um ponto de situação parecia perfeitamente legítimo, solicitar à Câmara para acelerar um processo junto dos tribunais parecia alguma coisa que não podiam fazer. -----

----- Tivera oportunidade de falar com o gabinete da Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto a esse propósito, que lhe dissera estar o momento a ser aproveitado por parte da Câmara Municipal para fazer obras de melhoramento nas acessibilidades do edifício, pelo que, apesar do equipamento se encontrar encerrado, estava de alguma maneira a ser alvo de modificações e melhoramentos objetivos que seriam úteis a todos que no futuro utilizassem o equipamento. -----

----- O PS e o antigo Presidente André Caldas teriam pronunciado nesse sentido e continuava a ser a leitura que o PS e o Executivo subscreviam. Continuavam a defender um modelo que na altura fora dito. A Junta de Freguesia continuava empenhada em ter aquele equipamento, estava fora de questão não ter aquele equipamento. -----

----- Sobre a questão de ordem jurídica não se pronunciava, quanto ao mais subscrevia as palavras do Membro Vitor Martins relativamente à posição do PS e os esclarecimentos que tivera oportunidade de fazer. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que o facto do Teatro Maria Matos estar encerrado ia dar razão a que, se não tivesse sido concessionado a privados, seria muito possível estar aberto, a funcionar e a ajudar um pouco na programação cultural da cidade. -----

----- Nem sempre a concessão a privados resultava e tinham aí um exemplo claro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a questão levantada pelo grupo do CDS já tinha sido ali levada pelo menos uma vez, de saber até que ponto uma moção podia ser votada às fatias. A leitura da Mesa na altura, aceite por todos, era que as moções deviam ser votadas em bloco. -----

----- Compreendia que pudesse haver posições diferentes sobre cada um dos pontos, mas gostava de manter essa posição por uma questão de coerência e para não abrir campo a que no futuro se apresentasse uma moção com vários tipos de informação e tivessem que andar a votar cada uma individualmente, subvertendo até certo ponto o próprio espírito e a própria coesão interna de bloco da moção. A menos que o proponente da moção admitisse eliminar algum ponto para votar em bloco um conjunto de outros pontos. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que noutras ocasiões certas moções foram votadas ponto por ponto. Havendo essa diferença, os proponentes não viam nenhum inconveniente em que se votasse ponto por ponto, como já tinha sido feito noutras ocasiões. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que da última vez em que essa situação se colocara os primeiros pontos eram considerandos e não se votavam considerandos. Uma vez que a CDU admitia a possibilidade de votar de forma fatiada, então assim fariam. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Teatro Maria Matos Encerrado”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (CDS-PP, PCP e BE) e 12 abstenções (PS e PSD).-----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Teatro Maria Matos Encerrado”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP e BE) e 8 abstenções (PS). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Teatro Maria Matos Encerrado”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP e BE) e 8 abstenções (PS). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Teatro Maria Matos Encerrado”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP e BE) e 8 abstenções (PS). -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** observou que uma moção semelhante tinha sido votada favoravelmente da última vez que fora apresentada na Assembleia de Freguesia. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Estacionamento no Parque de Saúde de Lisboa* -----

----- *Em 31 de Julho de 2017 a CDU apresentou à Assembleia de Freguesia de Alvalade uma Moção no sentido de pôr fim à cobrança do estacionamento aos utentes do Centro de Saúde/Unidade de Saúde Familiar de Alvalade.*-----

----- *Passado todo este tempo a situação não foi alterada. A carrinha que efectua o percurso entre a entrada do Parque de Saúde e o Centro de Saúde continua a funcionar de um modo irregular, os serviços da CARRIS e do Metro, não dão a resposta necessária, obrigando os utentes a utilizar o transporte particular, a população idosa e os doentes com dificuldade em deslocar-se a pé também são obrigados a recorrer ao transporte privado.* -----

----- *O Parque de Saúde de Lisboa (PSL), onde estão sedeadas várias entidades da área da saúde, é gerido pelo Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, tendo este delegado no SUCH a gestão e manutenção de todo o espaço comum, onde se inclui o Estacionamento no PSL.* -----

----- *O PSL tem capacidade para 1.300 (mil e trezentos) lugares de estacionamento, e pese embora a existência de várias entidades aqui sedeadas, algumas delas pertencentes à Comissão Social de Freguesia de Alvalade, consideramos que deveria ter sido acautelado o acesso dos utentes, de forma gratuita, aos diferentes serviços de saúde aqui sedeados.* -----

----- *Passado um ano sobre a entrada em funcionamento da tarifação no PSL, continua por não estar garantido o acesso gratuito, através de viatura, aos utentes, a tolerância de 15 (quinze) minutos, prevista no regulamento, é insuficiente para corrigir um erro e acautelar o acesso a estes serviços;*-----

----- *Estão previstas isenções às Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança (com excepção das empresas privadas de segurança), Táxis, Serviços de Protecção Civil, Serviço Nacional de Bombeiros ou outras corporações de bombeiros, em exercício de funções, com excepção do Transporte pago de Doentes, nem aos veículos em missão urgente de socorro.*-----

----- *Estão igualmente isentos os Utentes que se desloquem ao Instituto Português do Sangue e Transplantação, IP para dádiva de sangue, embora por um período até 4 (quatro) horas.*-----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião 13 de Novembro de 2018, delibere:*-----

----- *1) Recomendar ao Ministério da Saúde que proceda às diligências necessárias, junto do Conselho de Administração da PSL, com objectivo de:*-----

----- *a) Isenção do pagamento de tarifário aos utentes do Centro de Saúde/Unidade de Saúde Familiar de Alvalade, assim como aos utentes que recorram a outros serviços de saúde aqui sedeados;*-----

----- *b) Alargamento do período de tolerância de 15m para 30m, acautelando a utilização dos utentes de instituições como a Humanos, que tem a valência de berçário;*

----- *c) Informar se existem outras instituições sedeadas no PSL que tenham solicitado a isenção e que não lhes tenha sido concedida;*-----

----- *2) Enviar esta Moção para as seguintes instituições:*-----

----- *a) Ministério da Saúde;*-----

----- *b) ARS/LB;*-----

----- *c) Para o director do Centro de Saúde/Unidade de Saúde Familiar de Alvalade;*---

----- *d) Presidente da CML e Vereadores dos vários partidos eleitos na CML;*-----

----- *e) Presidente da AML e deputados Municipais dos vários partidos eleitos na AML;*

----- *f) Para todas as instituições sedeadas no PSL.*-----

----- *13 de Novembro*-----

----- *Os eleitos da CDU*----- ”

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que o PSD não se iria opor à moção, embora houvesse sempre um perigo de duas coisas:-----

----- O perigo das pessoas estacionarem o dia inteiro para irem para outros locais, com isso impedindo aqueles que verdadeiramente queriam aceder aos centros de saúde e ao serviços de saúde localizados ali não tivessem possibilidade;-----

----- Por outro lado, não parecia socialmente justo que para todos, independentemente do rendimento, tivessem a possibilidade de aceder gratuitamente. Os que tinham dificuldades económicas tinham todo o direito de o fazer sem pagar, mas os outros, como no seu caso, tinham o dever de pagar.-----

----- As gratuidades universais eram sempre algo que tendia a não concordar, ali acrescido pelo facto de não querer o parque de estacionamento gratuito para quem queria utilizar e ir para outros locais que não os serviços de saúde.-----

----- Com essas duas advertências, o PSD não se oporia à moção.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Estacionamento no Parque de Saúde de Lisboa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**----

----- Continuando, fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Compreendendo o propósito e entendendo que ele é justificado no campo dos princípios, hoje em dia o tema do estacionamento é algo que sabemos que infelizmente se presta a múltiplas situações de abuso e de facto temos que ter a maior atenção porque a mais pequena nesga de oportunidade suscita comportamentos indevidos da parte dos automobilistas parqueadores. Isso deve merecer a nossa atenção.*-----

----- *A universalidade nesta matéria não é necessariamente um bom princípio. Aliás, no Hospital de Santa Maria toda a gente paga, seja para urgências, seja para consultas, seja o que for. Também está na nossa Freguesia, é a maior unidade hospitalar do País.*”-----

----- Continuando, disse que a Junta solicitava a leitura na Assembleia de Freguesia de um louvor feito a uma funcionária que terminara as suas funções. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que agradecia a possibilidade de ler o louvor, sobretudo pelo facto de estar presente a Doutora Susana Paulo. -----

----- **Louvor** -----

“----- No momento em que, a seu pedido, cessa funções como Chefe da Divisão de Espaço Público e Equipamentos da Junta de Freguesia de Alvalade, cumpre manifestar público louvor à Licenciada Susana Marina Soares Paulo, pelo grau de compromisso, pela competência técnica, pelo sentido de responsabilidade e pela lealdade institucional que sempre evidenciou do desempenho das funções que lhe foram cometidas. -----

----- A Eng. Susana Marina Soares Paulo integrou o mapa de pessoal da Junta de Freguesia de Alvalade, na qualidade de técnica superior, em 01/08/2014, tendo assumido, primeiro em regime de substituição legal e, subseqüentemente, em 28/09/2015, em regime de comissão de serviço, o exercício das funções de Chefe da Divisão de Espaço Público e Equipamentos. A disponibilidade e preparação técnica evidenciadas no tratamento das vastas matérias que lhe foram confiadas foram determinantes no sucesso da implementação das opções políticas desta Junta de Freguesia, designadamente em momentos profundamente desafiantes como foi o processo de reorganização administrativa da cidade de Lisboa no contexto da Freguesia de Alvalade. A Eng. Susana Marina Soares Paulo teve uma participação decisiva na preparação e execução de várias obras emblemáticas no território da Freguesia de Alvalade, entre as quais, a construção do Pavilhão Municipal de Alvalade, a reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, a edificação do Mercado do Levante, além de na reabilitação de vários espaços verdes, como sejam os logradouros da Av. Estados Unidos da América, n.ºs 10 a 48 ou da Av. do Brasil, n.ºs 112 a 132B. -----

----- A dedicação, competência e integridade com que exerceu as funções que agora cessa são por todos reconhecidas e, em particular, pela equipa que liderou, tendo o seu desempenho prestigiado o exercício de funções públicas. -----

----- Assim, é da mais elementar justiça manifestar-lhe e testemunhar neste louvor o apreço e agradecimento da Junta de Freguesia de Alvalade. ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que todos se associavam ao louvor. Deu os parabéns e desejou o maior sucesso para o resto da sua vida. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que queria regressar um pouco à intervenção do Membro José Moreira da Silva. O período de antes da ordem do dia não se esgotava nas moções, para além da intervenção do público também era hábito os Membros poderem intervir sobre os assuntos que diziam respeito à Freguesia. -----

----- Se o Senhor Presidente autorizasse e não lhe cortasse a palavra, também gostaria de referir outras questões no período de antes da ordem do dia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não era propósito da Mesa coartar a liberdade de expressão em formato livre e aberto sobre qualquer tema respeitante à Freguesia. As razões que o levaram a dizer o que dissera foram aquelas que exprimira. -----

----- O primeiro ponto da ordem do dia era a informação da atividade da Junta de Freguesia de Alvalade, que compreendia os seguintes pontos, entre muitos outros: comunicação social, divisão de espaço público e equipamentos, espaços verdes, arvoredo, licenciamento zero, processos de ocupação do espaço público, ações de fiscalização e sensibilização da ocupação do espaço público, projetos de intervenção no espaço público, equipamentos escolares e desportivos, outros equipamentos, ação

social, saúde, igualdade e habitação, ação social e habitação, comissão social da Freguesia, atendimento social de proximidade, apoios, eventos, educação e desporto, economia e inovação, gestão dos mercados, dinamização dos mercados de Alvalade, autorizações para filmagens, dinamização do comércio local, higiene urbana, entre outros.-----

----- Se o Membro José Moreira da Silva entendia que alguma matéria não estava coberta por esse ponto da ordem de trabalhos, certamente suscitaria uma intervenção plena da sua parte. Se alguma matéria lhe tivesse escapado no ponto da informação escrita, o Membro José Moreira da Silva que fizesse o favor de dizer.-----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que discordavam, mas isso era salutar. Estava ali para ajudar ao andamento dos trabalhos e não para o complicar.-----

----- Dissera-lhe o colega que fazia parte do grupo de trabalho da revisão do Regimento que essa questão estava a ser tratada nesse sentido e sabia que todos teriam bom senso suficiente para cumprir a Lei. A Lei dava o direito de falarem no PAOD tudo aquilo que quisessem sobre os assuntos da Freguesia e, portanto, isso passaria a integrar o Regimento e ficaria satisfeito.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade prevista na alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a informação tinha circulado em devido tempo, superando o tempo requerido pelo Regimento.-----

----- Ficava à disposição dos Membros da Assembleia de Freguesia para as questões que tivessem por pertinentes.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que com alguma criatividade iria usar a informação do Senhor Presidente para algumas questões que gostaria de abordar.-----

----- A primeira era congratular-se com a intervenção do público sobre a questão da Escola Teixeira de Pascoais. Os Vereadores do PCP tinham ido com alguma frequência à escola e levantado essa questão na Câmara e na Assembleia Municipal. Não iam com a comunicação atrás e mesmo quando se comunicava normalmente eram ignorados, mas isso não inibia de poderem atuar quando entendessem.-----

----- O trabalho do PCP não se esgotava apenas em visitas ou ações para a comunicação social. Pouco tempo antes os Vereadores do PCP e o Vogal Ricardo Varela visitaram a Cooperativa da Boa Esperança e o Bairro São João de Brito e ouviram as queixas dos residentes, nomeadamente algumas que diziam respeito diretamente à Junta de Freguesia de Alvalade e outros à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Na Cooperativa Boa Esperança, em relação a competências da Junta de Freguesia, as queixas dos residentes referiam-se ao abandono dos espaços verdes, a deservagem deficiente e a limpeza das ruas.-----

----- Nos aspetos da responsabilidade da CML era a necessidade de reforço da recolha dos lixos, necessidade do reforço de recolha de lixos volumosos. Aliás, muitos desses assuntos apareciam nas redes sociais com fotografias, como já ali fora referido, necessidade premente de manutenção do piso das ruas, instalações adequadas para a Cooperativa do Bairro da Boa Esperança e resolução dos problemas relacionados com a propriedade das habitações.-----

----- No Bairro São João de Brito era mais uma vez o abandono dos espaços verdes, necessidade do reforço da limpeza das ruas, a carrinha do Porta-a-Porta tinha-se pedido que passasse pelo Bairro São João de Brito.-----

----- Nos aspetos da Câmara, a legalização da Rua das Mimosas que estava prometida, legalização do que faltava no resto do bairro, reforço da recolha de lixos volumosos e necessidade premente de manutenção do piso das ruas.-----

----- Eram essas as queixas desses bairros específicos e que foram ouvidas pelos Vereadores do PCP aquando de uma das suas visitas regulares.-----

----- **Membro António Prôa (PSD)** começou por se referir ao problema, que diria quase ao drama, da escola da Rua Teixeira de Pascoais. Era algo que acompanhavam desde demasiado tempo.-----

----- Tiveram o testemunho de um freguês que levava com bastante clareza a situação inadmissível que se vivia naquela escola e para aquele conjunto de alunos e de pais, que tinham de conviver com condições indignas da cidade e do País.-----

----- A situação era, infelizmente, demasiado comum. Não conhecia a generalidade do País mas sabia que em Lisboa era demasiado frequente. Aliás, o Senhor Presidente poderia esclarecer sobre isso, porque também na Escola 24 do Bairro de São Miguel existia um atraso nas obras, com prejuízo para os alunos e para os pais.-----

----- Era a comunidade educativa da Freguesia que estava ser maltratada e, embora compreendesse a preocupação do Senhor Presidente da Junta, o PSD considerava que era pouco. Pouco não no sentido do empenho, mas pouco no sentido do resultado, porque o resultado prático era que continuavam a ter obras muitíssimo atrasadas, com condições insuportáveis.-----

----- Mais do que a violência das palavras do Senhor Presidente e não querendo sugerir-lhe nenhum outro tipo de violência, mas mais eficácia seguramente. Deveriam aproveitar essa oportunidade, embora não houvesse nenhum documento formal apresentado, mas esse sentimento em relação ao estado que decorriam as obras era unânime e deveria ser comunicado à Câmara Municipal a insatisfação-----

----- Estavam no âmbito da Assembleia de Freguesia e remetia-se às competências e preocupações dos órgãos da Freguesia. A Junta de Freguesia tinha de ser mais eficaz no sentido de conseguir que essa situação fosse ultrapassada.-----

----- O Senhor Presidente tinha feito referência a uma sugestão de escola de substituição. Gostava de saber em que consistia e se a Junta de Freguesia não estaria disponível para, indo além daquilo que eram as competências estritas da Junta de Freguesia, se estaria disponível para contribuir de forma efetiva a encontrar uma solução física que desse outras condições aos estudantes. Se isso tinha sido proposto, em que termos e se fora ou não aceite.-----

----- Outra questão dizia respeito aos logradouros do Bairro das Estacas. No seu caso e com outros colegas tivera oportunidade de estar presente numa iniciativa que saudava, uma reunião no Bairro das Estacas em que foram apresentadas alternativas para o projeto de reabilitação do bairro. Isso tinha acontecido bastante tempo antes e não tiveram desde essa altura qualquer notícia quanto à concretização desse projeto, nem quanto à data de concretização, nem quanto à alternativa que teria sido preferida.-----

----- Aproveitava a ocasião para pedir sobre isso informação ao Senhor Presidente da Junta, dado que já passara muito tempo sem terem qualquer desenvolvimento relativamente a essas obras.-----

----- Havia a questão dos quiosques implantados no espaço da Freguesia, um deles no recém reformulado jardim junto ao Palácio dos Coruchéus. Gostaria de saber quando era previsível a entrada em funcionamento desse quiosque.-----

----- Um outro, embora não estivesse no âmbito de um território mantido pela Junta de Freguesia, era na área da Freguesia e por isso parecia pertinente fazer uma referência. Dizia respeito ao quiosque do jardim do Campo Grande, que tinha sido inaugurado no dia 25 de abril com um quiosque fechado e assim continuava.-----

----- Tendo em conta que esses equipamentos contribuía e muito para o apoio a quem frequentava esses espaços, era de todo o interesse que o quiosque entrasse em funcionamento e gostaria de saber o que se estava a passar para que se mantivesse fechado mesmo depois do jardim ter sido inaugurado. -----

----- Tinha uma questão relativa às ciclovias. Era do conhecimento a existência de uma proposta para a construção de uma ciclovia na Avenida de Roma e gostaria de saber em que ponto estava a concretização dessa iniciativa, qual a posição da Junta de Freguesia quanto à construção dessa ciclovia e se havia alguma data prevista, qual o contributo da Junta de Freguesia para a concretização desse projeto da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A terminar referia a questão incontornável da limpeza na Freguesia. Diria que os problemas da higiene urbana na Freguesia não eram o mais premente problema porque esse era seguramente a Escola Teixeira de Pascoais, mas o maior e mais grave problema era sem dúvida a higiene urbana e isso de vários pontos de vista. -----

----- Era o problema no que dizia respeito à recolha de lixo e nisso o Senhor Presidente diria com propriedade que se tratava de uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas ainda assim era um problema da Freguesia sentido pelos fregueses, que tivera um ponto alto na altura do verão passado mas que permanecia em diversas circunstâncias, como era referido em fotografias que enviavam, em visitas que faziam e que permitiam testemunhar a deficiência da recolha do lixo na Freguesia. -----

----- Para além da recolha do lixo havia outros problemas que se prendiam com a higiene urbana e que podiam ter mais ligação com a responsabilidade da Junta de Freguesia. Por exemplo a questão da limpeza das ruas. O que se passava era que recorrentemente, em diversos pontos da Freguesia, verificava-se a acumulação de lixo nas ruas, falta de limpeza, falta de lavagem. Era um problema que afetava todos os fregueses e estava em crer que a Junta de Freguesia tinha conhecimento. Aliás, teria melhor conhecimento do que no seu caso, porque lhe chegariam as queixas dos fregueses. -----

----- Para além do problema, o que legitimamente queriam era que houvesse soluções e que a Freguesia passasse a ser mais bem mantida do ponto de vista da higiene urbana. -

----- Quanto aos grafítis, diria que a Freguesia de Alvalade ainda assim era menos foco de atividade de quem não respeitava nem a propriedade privada nem a propriedade pública, mas nos últimos tempos era frequente e bastava dar uma volta na Freguesia para verificar em prédios, em muros. Os grafítis eram algo muito frequente na Freguesia e se rapidamente não se punha um travão a essa situação, para além do péssimo aspeto que dava, a impunidade começava a valer a pena. -----

----- Era preciso fazer alguma coisa rapidamente também no que dizia respeito aos grafítis, mas a limpeza era sem dúvida a questão que preocupava muito os fregueses e para a qual não tinha havido solução eficaz. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)**, disse que parecia haver algum desentendimento ou desinformação. O CDS-PP estivera presente na Escola Teixeira de Pascoais, felizmente levava comunicação social porque sabiam que, infelizmente, se alguns assuntos não tivessem alguma pressão e algum mediatismo não avançavam. ----

----- A realidade era que o CDS-PP também em sede de Assembleia Municipal já levava esse assunto à discussão, logo após a visita institucional, e procurava solidarizar-se com os dirigentes da escola e também com os encarregados de educação por forma a resolver esse problema. -----

----- Quanto ao ponto em discussão, fazia duas abordagens ao Executivo por forma a obter alguns esclarecimentos. A respeito de economia e inovação, tiveram recentemente a inauguração do mercado jardim, do mercado Alvalade Sul, do mercado de levante. Era

um momento importante mas o CDS em Alvalade recebia diversas críticas e apontamentos por parte dos comerciantes face à infraestrutura. -----

----- Perguntou se a infraestrutura apresentada e anteriormente inaugurada correspondia integralmente ao plano arquitetónico aprovado. -----

----- A segunda questão era perante uma realidade que não passava ao lado da maioria dos fregueses, que os comerciantes e os próprios consumidores do mercado denotavam um desagrado claro perante a falta de abrigo. Os comerciantes que estavam nesses locais tinham um desconforto notório e queria saber se a Junta de Freguesia nesse enquadramento estava a pensar em alguma solução para abrigar os comerciantes. -----

----- A sua última questão passava pelo complexo desportivo São João de Brito, saber muito claramente qual era o ponto de situação, se já havia alguma data prevista para a inauguração. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que tinha uma questão relativa ao parque do INATEL, muito simples, que queria colocar à Junta de Freguesia. Era preciso ordenar aquele trânsito ao anoitecer, quando as pessoas o frequentavam mais assiduamente, e principalmente ao fim-de-semana. -----

----- O estacionamento era completamente caótico, bastava passar por ali e ver que as pessoas estacionavam em cima dos passeios, os peões tinham que andar na estrada para poder seguir o seu caminho e não havia uma PSP, não havia uma forma de ordenar aquele trânsito e estacionamento, não havia uma obrigatoriedade do INATEL ter um estacionamento próprio. Com tanto espaço interior, fazer um estacionamento debaixo do futebol, ou nas laterais, com tanto espaço que tinham para fazer sobrecarregavam a via pública e fundamentalmente os passeios, que estavam completamente danificados com as viaturas sempre estacionadas ali. -----

----- Muitas vezes assistira a veículos bloquearem as saídas das residências, havia situações de pessoas de terceira idade que tinham dificuldade de locomoção. Era um assunto que urgia ser tratado pela Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, relativamente à intervenção do Membro Aquino de Noronha e à Cooperativa da Boa Esperança, disse que haveria um conjunto de preocupações gerais em relação aos espaços verdes, à limpeza das ruas e à deservagem, mas era preciso dizer que o espaço das cooperativas da Boa Esperança tinha um terreno privado que era uma zona de matagal e de insalubridade. A Junta de Freguesia dentro das suas competências tinha tentado o máximo possível, alertando as entidades competentes que fosse limpo e vedado. Era uma zona de acesso livre mas propriedade privada, onde se juntava um conjunto de situações muito desagradáveis de insalubridade e que estava às portas do Bairro da Boa Esperança. A Junta acompanhava essa preocupação. -----

----- Em breve começariam as obras para a criação de um arruamento na Rua das Murtas, no espaço de um estacionamento que fora reorganizado mas que não tinha passagem para peões e assim que essa intervenção estivesse terminada na Rua das Murtas também começariam uma intervenção no espaço público do Bairro da Boa Esperança, resolvendo algumas das preocupações demonstradas a esse propósito. -----

----- Relativamente ao Bairro São João de Brito, era uma questão também pertinente e faziam o acompanhamento. Era uma questão sobretudo da CML, porque não existiam espaços verdes no Bairro de São João de Brito, o que existia era um desarranjo de todo o conjunto edificado e não edificado. A CML já se comprometera para que em setembro do próximo ano comessem as obras de criação de arruamentos e de espaços verdes, só a partir desse momento a Junta de Freguesia, com a normal delegação de competências, teria que tomar conta desses espaços. -----

----- Sobre a carrinha do Porta-a-Porta, esperavam aquilo que já tinha sido anunciado, a carreira de bairro. A partir do momento em que estivesse introduzida haveria uma paragem muito próxima do Bairro São João de Brito e transformariam o Porta-a-Porta num taxi solidário, podendo também ser usado de maneira muito distinta mas com maior proximidade e porventura com maior utilidade por parte da população local. -----

----- Relativamente à Rua das Mimosas, tinham a promessa por parte do Senhor Vereador Manuel Salgado de que iria haver um alteração ao PDM para poder avançar com a legalização das construções da Rua das Mimosas. Era algo que se aguardava com muita expectativa e forçaram para que acontecesse o mais depressa possível, para que o conjunto habitacional pudesse ser todo arranjado e legalizado em simultâneo. -----

----- Em relação à deservagem, acontecera por toda a Freguesia uma época muito especial nessa primavera e nesse verão, condições meteorológicas que propiciaram um crescimento muito rápido de ervas ditas daninhas. Aliás, por todo o País, quem tinha terrenos agrícolas percebia a dificuldade que as condições meteorológicas criaram para a limpeza dos terrenos, até das matas. -----

----- Em Alvalade teriam trabalhado três vezes mais do que num ano normal, o que não impedira que houvesse problemas. As exigências das condições meteorológicas foram muito significativas e criaram uma sobrecarga enorme, nenhum serviço estava preparado para situações de ocorrências de fenómenos ditos naturais. -----

----- Tinham que preparar a cidade e também os serviços para que no futuro essas questões pudessem ser minimizadas. Isso era um debate que ainda estava a ser feito pela cidade e onde também teriam participação. -----

----- Havia um conjunto significativo de questões que levavam ali e que eram da competência da CML e que todos, no exercício das respetivas funções, tinham a obrigação de endereçar aos órgãos próprios. Sabia que eram, acompanhava como Deputado Municipal o Membro António Prôa na exigência dessas funções, mas algumas das questões colocadas ali tinham que ser respondidas por quem de direito. O que a Junta de Freguesia responderia sempre era que acompanhava a questão e que dentro dos órgãos próprios fariam pressão para que esses problemas fossem resolvidos, mas levar os problemas à Assembleia de Freguesia não significava que não fossem levados também a outros fóruns.-----

----- A propósito da escola do Bairro de São Miguel, a obra era da Câmara Municipal, a Junta estava a par de algum atraso nas obras. Não acompanhava quando se referia algum abandono por parte, porque se havia atrasos nas obras era por haver obras e significava que a Freguesia não tinha sido abandonada ou secundarizada.-----

----- Relativamente à Teixeira de Pascoais daria a mesma resposta que já dera ao freguês Pedro Aparício, que referira a excelência das respostas que a Junta de Freguesia, tanto nas suas competências como até fugindo às suas competências, tinha dado para minimizar os problemas na escola e para naquilo que eram as suas competências fazer com a excelência que tinham habituado a Freguesia.-----

----- Isso dizia respeito a propósito dos espaços comuns das escolas, das atividades complementares, do desporto júnior. Não partiria para outras violências mas seria com certeza mais exigente, se isso fosse possível. -----

----- A proposta da escola de substituição era uma proposta que aconteceria, aliás, na escola de Santo António, no fundo era criar as condições prévias ao início da obra para que se pudesse intervir nos espaços necessários sem prejudicar o normal funcionamento do ano escolar. Era uma ideia que já existia noutras circunstâncias, não conseguia precisar se isso significava um pavilhão, um monobloco. -----

----- Podia fazer chegar a proposta, caso ela se tivesse consubstanciado num processo físico. De qualquer forma a ideia conceptual era essa, providenciar que antes da obra

começar estava montada uma alternativa para que as obras pudessem decorrer sem prejuízo do normal e digno funcionamento do ano letivo. -----

----- Relativamente à proposta do Bairro das Estacas, de facto fizeram-se duas apresentações públicas aos fregueses, em fevereiro do ano anterior e outra em maio. Estavam à espera da delegação de competências por parte da Câmara, que iria à Assembleia de Freguesia para consideração. Os procedimentos para lançamento da obra seriam lançados no dia seguinte à aprovação por parte da Assembleia de Freguesia. ----

----- Já tinham um conjunto de propostas apresentadas à população, que merecera umas sugestões que tinham acomodado e merecera uma ampla aceitação e contentamento por parte da população. Tinha a expectativa que esse procedimento já pudesse ter sido lançado, se as delegações de competências por parte da Câmara estivessem lançadas, como era sua vontade, mas no momento seguinte teriam condições para lançar a obra. -

----- Quanto ao quiosque dos Coruchéus, tinha havido um problema com o ponto de luz da EDP, porque aparentemente tinha um procedimento mais económico para os órgãos públicos mas isso significava que os órgãos públicos tinham que ir para uma lista de espera. Provocara um ligeiro atraso e nesse dia resolvera-se a questão do ponto de luz e o adjudicatário podia no dia seguinte fazer o contrato. Já só estava do lado da pessoa que ficara com o quiosque poder abri-lo. -----

----- Relativamente ao Campo Grande, embora não fosse competência da Junta de Freguesia, tivera oportunidade de questionar o Senhor Vereador José Sá Fernandes a esse propósito e do ponto, que lhe falara também no problema do ponto de luz da EDP.

----- Estavam expectantes que isso pudesse ser resolvido o mais depressa possível. Sabiam que era aborrecido para quem se candidatava. Se fosse um negócio mais amplo não prejudicaria tanto porque também o pagamento estava condicionado ao início da atividade económica. Tinha a expectativa que pudesse inaugurar o mais depressa possível. -----

----- Relativamente à ciclovia na Avenida de Roma, desconhecia, nunca a CML tinha contactado para isso, pelo que diria não existir esse projeto. Tinha a certeza que nunca avançaria sem que a Junta de Freguesia de Alvalade se pronunciasse relativamente a ele. Iria no dia seguinte ligar ao Senhor Vereador para saber o que se passaria. Até agradecia ter sido levado ali esse assunto porque era a primeira vez que estava a ouvir falar dele.

----- Na higiene urbana não acompanhava parte das críticas naquilo que tocava à competência da Junta de Freguesia. A varredura das ruas estava a ser feita com grande apuro e exigência. Havia uma situação que podia causar constrangimentos e tinha que ver com o facto dos espaços verdes serem tratados por uma empresa contratualizada para o efeito. A varredura era das ruas, não era dos espaços verdes. O que sentiam estar a acontecer derivava de um problema da Câmara, muitas vezes o lixo era acumulado em torno dos contentores enterrados e espalhava-se pela Freguesia. -----

----- Isso sobrecarregava as obrigações da Junta de Freguesia de uma maneira que numa circunstância de normal funcionamento dos serviços de recolha da Câmara não aconteceria. -----

----- Havia uma excelência do trabalho desempenhado pelos trabalhadores da higiene urbana. Eram tempos exigentes para essa área e o que eles punham de si próprios no trabalho que faziam era de louvar. -----

----- A lavagem das ruas era uma questão distinta. Tinha havido uma situação de seca prolongada, a Junta de Alvalade comprometia-se com as questões ambientais e fizera uma lavagem seletiva de ruas onde essa lavagem tinha mesmo que ser feita. Mesmo em outubro havia notícias de ser necessária uma contenção na lavagem de ruas, havia a situação de algumas barragens estarem a 40% da sua capacidade máxima, ainda que tivesse chovido muito. Era algo que acompanhavam. -----

----- Havia uma perspetiva por parte da Câmara e que a Junta tentaria acompanhar para fazer uma gestão das águas mais equilibrada. Aliás, isso estava no programa da Lisboa Capital Verde 2020, para que pudessem usar águas tratadas para a lavagem das ruas e para as regas. A Junta queria ser parte nesse processo.-----

----- O maior problema da Freguesia seria a Escola Teixeira de Pascoais, logo de seguida a higiene. Fazia-se um reporte semanal à direção municipal de higiene urbana, com conhecimento ao gabinete do Senhor Vereador. Os trabalhadores andavam na rua e marcavam os sítios onde era necessário recolha de verdes ou de monos. No pico do verão havia 80 sítios na Freguesia com recolha de monos ou verdes por realizar, era uma coisa enorme. Na contagem feita nesse dia tinham 29 pontos e, portanto, tinham a expectativa que o problema gradualmente se iria resolver. As condições meteorológicas faziam com que as pessoas aproveitassem o verão para fazer mudanças e remodelações.

----- A Câmara estava apta a resolver o problema da melhor maneira e esperava que com algumas competências delegadas no futuro pudessem ter maior autonomia e fazer esse trabalho.-----

----- Sabia que algumas Juntas de Freguesia optaram para com os seus recursos fazer esse trabalho, mas tinha uma postura completamente diferente. A Junta de Freguesia tinha competências próprias onde tentariam sempre a excelência, se pusessem a trabalhar em competências que não pertenciam à Junta seria sempre em prejuízo das suas competências.-----

----- Não podia pedir aos trabalhadores que fizessem aquilo que não lhes competia e, portanto, optara por não alocar os serviços da Junta de Freguesia à resolução de problemas que não eram da Junta de Freguesia, embora soubesse que prejudicava a Freguesia no seu território.-----

----- Relativamente aos grafitis, havia um amplo debate na cidade a esse propósito. Estavam a trabalhar com a CML e com o gabinete da arte urbana para poderem ser parte na resolução desse problema.-----

----- Sobre esse propósito e outros tinham falado com a esquadra de proximidade da PSP, para que pudessem trabalhar em conjunto numa possível resposta a esse problema.

----- Sobre o mercado jardim, as preocupações por parte de alguns comerciantes e de alguns utilizadores do mercado tinham chegado e a Junta não era alheia nem as considerava pelo valor intrínseco delas. Era importante não esquecer que tal como existia resultava de uma proposta apresentada em sede de orçamento participativo, que tivera um projeto de arquiteto colocado à votação de todos os que quisessem participar.

----- Havia pequenas adaptações que eram da natureza das obras públicas, sendo a mais significativa aquela que tinha a ver com as grades do mercado. Como donos da obra exigiam algumas alterações que tinham de ser observadas, o empreiteiro não se responsabilizava pela solução apresentada e sentiam-se obrigados a apresentar uma outra solução de grades para fechar o mercado.-----

----- A questão dos ventos ali já existia e tinha pena que na altura não tivesse sido considerado por quem fizera o projeto, embora percebesse que na altura não fosse exatável que aquilo criasse um corredor de vento. Como se dizia nalguma gíria, as obras deviam começar no momento em que acabavam.-----

----- Era normal que sendo uma obra pública precisasse de algumas atualizações e a ideia era que no princípio de dezembro pudessem ter uma solução para definitivamente resolver o problema do vento no mercado jardim. Estava convencido que a solução em que trabalhavam era a mais indicada, mas tratava-se de uma obra pública e todas as atualizações que fosse merecendo ao longo dos tempos a Junta não se furtaria a fazer. -

----- Em relação ao campo desportivo do Bairro São João de Brito, as obras atrasaram ligeiramente. Já tinham rececionado cerca de metade do edificado e o campo de rãguebi.

Esperavam que a obra na sua totalidade pudesse ser rececionada no final de novembro para inauguração no final de janeiro. Era um atraso aceitável numa obra que tinha um tamanho significativo. -----

----- O que estava proposto para a zona envolvente do estádio do INATEL tinha sido apresentado à população, tal como a proposta do Bairro das Estacas. A obra seria feita assim que recebessem a delegação de competências e levariam à Assembleia de Freguesia. -----

----- Seria acrescentado um conjunto de 125 lugares de estacionamento aos já existentes. Era uma oferta muito aceitável tendo em conta que o espaço era um bem escasso, era o que lá estava, nunca com prejuízo do espaço pedonal que também seria protegido para que não houvesse estacionamento indevido em cima dos passeios. Assim que essa proposta estivesse em delegação de competências haveria condições para o mais rapidamente possível começar a obra. -----

----- Não dava resposta à totalidade dos problemas, iria mitigar significativamente, depois dela surgiriam novos problemas e continuariam velhos problemas aos quais tentariam dar resposta. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, compreendendo que algumas questões eram da competência da Câmara mas sendo problemas da Freguesia e dos fregueses, para as quais o Senhor Presidente dedicava atenção e iniciativa, pelo menos de reivindicação. Por isso parecia-lhe ajustado usar o mesmo registo, embora tivesse essa consciência. -----

----- Tinha uma dúvida em relação ao projeto do Bairro das Estacas. Não conhecia o projeto, qual a opção escolhida, e o que solicitava era que a Junta de Freguesia pudesse dar conhecimento aos Membros da Assembleia da solução que seria futuramente objeto de uma delegação de competências e que de acordo com o Senhor Presidente já tinha sido escolhida. -----

----- Mais ou menos no mesmo sentido ia a tentativa de mitigação do problema do estacionamento em torno do parque da Fundação INATEL. Saber se podiam facultar o projeto, informar a Assembleia, distribuir proximamente. Os 125 lugares referidos pelo Senhor Presidente, conhecendo aquela zona como conhecia via com alguma dificuldade onde poderiam estar 125 lugares. Talvez pudesse informar brevemente de como conseguiria encontrar 125 lugares, que não resolveriam o problema, não correspondiam a uma sugestão do Membro José Moreira da Silva quanto à premência de construir um parque de estacionamento subterrâneo naquela zona. Enquanto isso não ocorria, os 125 lugares iriam ajudar. -----

----- A pergunta que fazia era se os 125 lugares iriam implicar uma diminuição das faixas de circulação atualmente existentes e onde. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que aproveitava os pedidos para reforçar também um pedido do projeto que seria na sequência de uma delegação de competências para reabilitação da Rua José Lins do Rego, que também fora apresentado em discussão pública e o único material disponível era uma imagem no site da Junta de Freguesia, não apresentando a melhor qualidade para se analisar essa obra. Era uma questão de acrescentar lugares de estacionamento, referindo-se que seria respeitada a área de espaço verde. -----

----- Uma questão que já tinha discutido com o Senhor Presidente da Junta era o facto de ainda haver uns toros enormes decorrentes do corte de uma árvore por motivos fitossanitários, com mais de um mês nesse espaço. Imaginava que fosse também da competência da Câmara Municipal mas estavam lá sacos e com o vento iriam sobrecarregar o trabalho da Junta de Freguesia. Pedia também um esclarecimento sobre esse caso em particular. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que seriam enviados os projetos, tanto a solução final do Bairro das Estacas, como a Silva e Albuquerque na zona circundante do INATEL, que ainda estava a um ano, mas enviaria. -----

----- A única diminuição de via era que a Silva e Albuquerque passaria a ter só um sentido, perdia-se o sentido Rio de Janeiro – Avenida de Roma. A ideia era tentar terminar com o trânsito de atravessamento nalguns pontos da Freguesia, sendo que já tentavam fazê-lo para quem ia da Segunda Circular e entrava em Lisboa pela Rio de Janeiro e depois tentava meter pelo Bairro de São Miguel. Acabar com essas soluções que incomodavam sobretudo os moradores e que era uma das grandes críticas dos moradores. -----

----- Também enviaria a proposta da José Lins do Rego. -----

----- Contactaria a empresa que fazia as podas, possivelmente multando-a. Sabia que era uma árvore muito grande, o tronco principal ainda lá estava cortado aos bocados e o mais provável era que acabassem por multar a empresa de não ter cumprido com a exigência necessária as suas competências. Se ainda se encontrava lá, era isso que fariam. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 380/2018, relativa ao Orçamento para 2019;** -----

----- **2.1 - Grandes Opções do Plano;** -----

----- **2.2 – PPI;**-----

----- **2.3 – Orçamento de receita;** -----

----- **2.4 – Orçamento de despesa;** -----

----- **2.5 Mapa de pessoal.**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que os documentos circularam, tinha havido reuniões preparatórias com os representantes das várias forças políticas a propósito do Orçamento. Se houvesse alguma questão estava à disposição. -----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que tinha já colocado anteriormente uma questão ao Senhor Presidente mas como não ficara esclarecida voltava à mesma. -----

----- Tinha sido publicado em Diário da República, em 16 de outubro de 2018, um despacho de designação para o cargo de direção intermédia de segundo grau para chefe da divisão de espaço público e equipamentos. Esse despacho fora ao abrigo do disposto na Lei nº 2/2004 de 15 de janeiro, na redação em vigor. No entanto, decorria do disposto no estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais, aplicável às juntas de freguesia por remissão do Decreto-Lei 305/2009, que o júri de recrutamento para esse tipo de procedimento era feito por deliberação da Assembleia de Freguesia sob proposta da Junta de Freguesia. -----

----- Assim sendo, voltava a perguntar a razão de não ter ido à Assembleia de Freguesia essa nomeação do júri e voltava a solicitar a ata de nomeação do júri, que ficaram de enviar e não fora entregue. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que baseava a sua informação sobretudo naquilo que os serviços disponibilizavam e o entendimento que tinham era que o estatuto de pessoal dirigente, alterado pela Lei 49/2012, previa que os dirigentes das câmaras municipais e serviços municipalizados com as adaptações previstas na Lei e que o estatuto de pessoal dirigente de outras entidades que integravam o sub-setor local da administração pública era regulado por legislação especial. -----

----- Tinham acontecido alterações por três vezes, em 2014, 2016 e 2017. Se o legislador quisesse alargar o âmbito às freguesias não teria deixado de o fazer. Portanto, o que consideravam era aplicar-se a Lei 2/2004, que previa no seu artigo 21 que o júri era constituído por um cargo superior de primeiro grau, por dirigente de grau igual ou

superior e por um indivíduo de reconhecida competência. Como a Lei não determinava, o entendimento era que a competência seria do órgão máximo, nesse caso da Junta de Freguesia. -----

----- Não desconsiderava outras opiniões e se houvesse uma leitura diferente talvez pudessem fazer chegar, para que no futuro pudessem, se fosse o caso, articular a questão de maneira mais correta e mais de acordo com a Lei. Não ia entrar em nenhuma questão jurídica porque não tinha as competências próprias. -----

----- Relativamente à ata, tratava-se de uma proposta que fora a reunião do Executivo. Tinha uma cópia da proposta e podia entregar. -----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que nesse caso não era um jurista e duas opiniões. Efetivamente os termos do Decreto-Lei 305/2009 na redação em vigor, artigo 15, número 6: “Aos cargos de direcção intermédia do 2.º grau das freguesias é aplicado, com as devidas adaptações, o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados”. -----

----- Assim sendo e dizendo o estatuto do pessoal dirigente que o júri era nomeado sob proposta do Executivo pela Assembleia de Freguesia, parecia haver aí no mínimo uma irregularidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que percebia o que estava a dizer a Membro Catarina Ferreira e Silva mas a Lei 49/2012, sendo posterior, referia no número 2: “O estatuto do pessoal dirigente de outras entidades que integram o sub-setor local da administração pública é regulado por legislação especial.”. -----

----- Uma Lei posterior, não prevendo o arranjo nem remetendo para a Lei que a Membro Catarina Ferreira e Silva referira, era o entendimento que fizeram. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que tinha algumas apreciações, que procurava também serem pontos de esclarecimento ao Executivo. -----

----- Começando pelo Orçamento de despesa, em relação à administração autárquica, se fizessem uma comparação com o documento do ano anterior havia logo uma circunstância que merecia a maior das transparências, que era um aumento muito considerável na despesa orçamentada para os titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos, uma subida que ultrapassava os 30%. Gostaria de perceber a justificação para essa oscilação face ao período transato. -----

----- Em relação às despesas associadas com as rubricas administrativas também se verificava um aumento considerável para os serviços avançados. Saber qual a estratégia que acompanhava o Executivo na apresentação dessa proposta. -----

----- No espaço público e equipamentos registava com agrado uma subida exponencial na conservação dos parques e jardins. A pergunta que fazia era se o montante orçamentado em matéria de despesa já previa algum projeto de adaptação desses parques, dos parques infantis em particular. Esse era um tema que tinha estado até na ordem do dia na Cidade de Lisboa, os parques adaptados, parques inclusivos. Alvalade ainda não tinha um parque nessas circunstâncias e seria um dispositivo muito útil à Freguesia. -----

----- Outra nota prendia-se com a questão da educação e do desporto. Viviam numa Freguesia que felizmente tinha agentes desportivos dinâmicos e que procuravam dar o seu contributo na cidadania, sobretudo na prática desportiva. A apreciação do CDS-PP era que apesar de um aumento que havia nessa rubrica, face à dimensão da Freguesia de Alvalade, mereceria maior atenção por parte do Orçamento na vertente da despesa. ----

----- Na cultura e coletividades, o valor orçamentado para a 3ª Edição do Arraial de Santo António em Alvalade, havia uma diminuição na ordem dos 16 a 17% face ao ano transato. Era uma iniciativa que tinha sido bem sucedida, em claro crescimento e,

portanto, gostaria de saber a lógica que acompanhava essa diminuição do montante a despende para efeitos do arraial. -----

----- Disse que grande parte da discussão era evitada pelas reuniões que tinham, e bem, no âmbito do estatuto do direito da oposição. A sugestão que fazia para o próximo ano era que a documentação enviada às diversas forças políticas fosse logo acompanhada dos pontos das opções estratégicas. Nesse ano não receberam o documento e era da mais elementar importância que esse documento fosse enviado. Admitia que tivesse sido algum lapso, mas deixava essa sugestão. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que começava com uma nota relativa à organização do documento, sugerindo que no próximo ano o documento fosse apresentado com a comparação do ano anterior, para que pudessem ter uma ideia mais concreta. Embora pontualmente pudessem fazer essa comparação, seria mais fácil terem uma ideia global da evolução do Orçamento de um ano para o outro. Essa coluna era aliás uma prática noutras instituições, por exemplo o Orçamento da Câmara tinha essa indicação, que ajudava a interpretar e analisar um documento tão importante para o funcionamento da Freguesia. -----

----- Era claramente um Orçamento de continuidade e era muito coerente que assim fosse. Sendo de continuidade, não surpreenderia que o PSD votasse contra um Orçamento que, sendo de continuidade, não perspetivava resolver aqueles que tinham sido recorrentemente apontados como os principais problemas da Freguesia. Não parecia, a não ser com alguma fé, que conseguisse finalmente resolver os problemas críticos como a higiene urbana mesmo no que eram competências da Junta de Freguesia, tal como não parecia que sendo de continuidade melhorasse o estado de manutenção dos espaços verdes da Freguesia, tão necessitados de manutenção. Isso apesar de serem apontado alguns exemplos de intervenção nos espaços verdes, mas ano após ano eram apontadas requalificações e intervenções mais profundas em espaços verdes. Se ano após ano mantinha-se o mau estado de conservação de tantos espaços verdes na Freguesia, se calhar a aposta era muito concentrada nuns e depois o desleixo era provocado noutros. -----

----- Em matéria de espaços verdes não vislumbrava que o Orçamento resolvesse o problema. -----

----- O Orçamento tinha uma componente política, como o Senhor Presidente compreenderia, e faltava a demonstração de existir uma estratégia da Freguesia para retirar e para aproveitar todo o potencial que estava instalado na Freguesia e que era visível pela dinâmica comercial, na restauração, em muitas lojas, na atratividade que tinha para várias atividades. Faltava uma visão global da Junta de Freguesia para potenciar esse interesse e essa dinâmica que existia e devia ser mais acarinhada. -----

----- Não podia deixar de fazer uma referência, que saudava, à afirmação do plano de atividades quanto ao desígnio estratégico da higiene urbana, não podia estar mais de acordo. A sua dúvida era se traduziria em melhorias significativas na higiene urbana, mas assumido que estava esse desígnio era porque de facto havia muito a fazer. Não queria deixar de saudar a franqueza da Junta de Freguesia ao assumir que devia ser uma prioridade porque não tinha sido conseguida em anos anteriores. -----

----- Era apontada a plantação de exatamente 25 novas árvores em caldeira, bem como a replantação de árvores em falta. Perguntou se, dado o rigor das 25 árvores em caldeira, se poderiam dar também o número de replantação de árvores em falta, se tinham ideia de quantas árvores em falta seriam plantadas. -----

----- Queria sobretudo alertar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia relativamente à matéria de plantação de árvores, sobre a necessidade de serem escolhidas espécies adequadas. Era um problema dramático em toda a cidade, não apontava uma falha em

particular à Junta de Freguesia, até porque era uma competência recente das Juntas de Freguesia, mas era um problema sério na cidade. -----

----- As árvores desempenhavam um papel fundamental para o equilíbrio urbano da cidade sob vários pontos de vista, ambiental, conforto térmico, etc. A escolha errada de espécies de árvores em muitas circunstâncias provocava alguma aversão da população às árvores. -----

----- Não queria falar de perto da porta da sua casa, mas já tinha feito a referência ao Senhor Vereador José Sá Fernandes, sobre a escolha de uma árvore que era importante no mundo e em Portugal, os angicos, que tinham diferentemente o género masculino e feminino. Quando por azar se escolhia o género feminino, isso provocava um incómodo fortíssimo no cheiro e na higiene do chão. Era um exemplo ilustrativo da escolha errada das árvores na cidade. -----

----- Referiam-se 300 novos lugares de estacionamento e já sabiam que 125 seriam na Rua Silva e Albuquerque, gostaria de saber onde eram os outros 175. -----

----- Quanto à referência muito concreta ao rebaixamento de 25 passeios junto a outras tantas passeadeiras para peões, desde 2005 que tinha um contacto direto com essa iniciativa de rebaixamento de passeios e como após esses anos todos ainda não fora concluída, o que perguntava era quantos iriam ainda faltar na Freguesia de Alvalade. --

----- O pombal contracetivo era referido como uma iniciativa da Freguesia para o próximo ano e gostaria de perguntar ao Senhor Presidente onde iria localizar esse pombal contracetivo e sobretudo alertar para que os pombos constituíam um elemento com vários aspetos nocivos para a vida urbana, a Câmara não tinha sido eficaz na resolução desse problema. -----

----- Tinha as mais fundadas dúvidas relativamente à eficácia da escolha dos pombais contracetivos para controlar a população de pombos. Perguntava ao Senhor Presidente se estava mais confiante nessa solução ou se não seria preferível apostar noutras soluções mais eficazes para evitar os transtornos causados pelo excesso de população de pombos na cidade. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que lhe tinha escapado uma questão na despesa referente à rubrica das finanças, que até poderia ter uma resposta de cariz contabilístico. Não havia uma rubrica que estava no anterior e que se prendia com despesas bancárias. Era para perceber se tinha havido alguma alteração de condições contratuais, o que justificaria que não estivesse presente e prevista essa rubrica no Orçamento para 2019. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que tinha analisado por partes e feito a comparação com o ano anterior, assinalando alguns aspetos de continuidade mas também algumas alterações. Desde logo a questão do Orçamento para a ação social, que apesar de um aumento continuava a ser o parente pobre do Orçamento. Não bastava aumentar os orçamentos para resolver os problemas e daí perguntar se não havia necessidade de aumentar também a eficácia, que o dinheiro orçamentado era de facto aplicado. -----

----- Sabia-se que numa Freguesia como Alvalade, com uma população envelhecida e muitas vezes com dificuldades de movimentação, não bastava por vezes assinalar a existência de programas, era preciso levar às pessoas e daí perguntar qual a estratégia para efetivar esse aumento orçamental. -----

----- Uma preocupação tinha a ver com o orçamentado para pagamento de serviços e avenças. Era diferente nos vários departamentos mas chegavam a ter 108 mil euros ao nível da administração autárquica e 122 mil euros a nível da cultura e coletividades. Eram valores elevados que gostaria de perceber, porque eram atividades estruturais da

Freguesia e como tal deviam ter vínculos mais estáveis e não aquilo que normalmente se designava por avenças.-----

----- Assinalava uma melhoria na questão da higiene urbana, pelo menos no que tinha a ver com a aquisição de um veículo e a reparação de outra viatura.-----

----- Na manutenção dos espaços verdes continuava a aposta na opção pela externalização desse serviço estrutural da Junta de Freguesia, um serviço que chegava a 400 mil euros para esse ano só em manutenção de espaços verdes.-----

----- Pela conversa que tiveram no direito da oposição parecia haver uma melhoria na postura da Junta de Freguesia em relação a esse assunto. Pensava não estar a fazer nenhuma inconfidência, mas por aquilo que fora comunicado tinham pedido à CML, no contexto da ligação do Campo Grande à rotunda das Calvanas, que fosse alargado o espaço para o parque de viaturas. Era um dos assuntos que mais dificultava a internalização desses serviços, que teria sido feito esse pedido pelo Presidente da Junta de Freguesia à Câmara Municipal.-----

----- Tinha pena que não estivesse plasmada essa nova orientação nas Grandes Opções do Plano por escrito, que parecia importante, pensando que havia mais passos a dar nesse sentido. A CML tinha uma escola de jardinagem e podia ser trabalhada essa relação com essa escola para depois assegurar os recursos humanos e não só os recursos materiais.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, respondendo em relação ao ponto da administração autárquica, disse que a alteração desse valor tinha a ver com o facto do Presidente da Junta de Freguesia estar a tempo inteiro. Anteriormente tinham apenas dois Vogais, passaram a ter dois Vogais mais o Presidente e daí a alteração de valores significativa de um terço do valor.-----

----- O valor dos serviços administrativos tinha a ver com o facto de terem um jurista que fora nomeado para o gabinete da Senhora Secretária de Estado da Educação, tendo que se contratar um novo jurista que não estava nos quadros da Junta. Era um serviço que previsivelmente estaria disponível até ao regresso do jurista quando deixasse de estar na Secretaria de Estado.-----

----- Relativamente aos parques inclusivos, as alterações que tinham feito em função dos parques infantis era sempre regulamentar e adaptada. Podia dizer que ainda não estava nas GOP porque estavam em negociação, em conversas prévias, que a Associação Dom Maior apresentara uma proposta no âmbito dos parques infantis para crianças com necessidades educativas especiais, uma oferta que de todo não existia na Cidade de Lisboa, não era apenas na Freguesia de Alvalade que não existia, pelo menos da conversa que tiveram. Fora dito que não havia nenhum com todas as condições necessárias para um parque com necessidades educativas especiais, que alguns teriam umas utilidades mas não todas.-----

----- Estavam a trabalhar no sentido de poder ter essa oferta no território da Freguesia e pensava que a Presidente da Associação Dom Maior já teria reunido com o Senhor Vereador Manuel Grilo para poder articular isso em conjunto.-----

----- Relativamente à observação feita sobre a educação e desporto, era uma nota de âmbito político. O dinheiro era um bem escasso e, portanto, na distribuição era natural sempre sentir-se uma falta nalgum sítio. O Executivo considerava o Orçamento muito equilibrado e que dava resposta a um conjunto muito alargado de necessidades.-----

----- Quanto ao arraial, a alteração de valor tinha a ver com o facto de que do primeiro até ao último arraial a Junta de Freguesia deixara de suportar todos os encargos, que passaram a estar diluídos pelo conjunto das organizações presentes ou dos comerciantes que participavam. Esperava no próximo ano fazer um arraial melhor com menos dinheiro.-----

----- O ponto das despesas bancárias passara a estar em “juros e outros encargos”. Era essa a alteração. -----

----- Respondendo ao Membro António Prôa, disse que para quem não conseguia encontrar uma estratégia no Orçamento tinha conseguido referir um conjunto interessante de pontos e que, pelo facto de os ter notado, já seria uma resposta significativa. -----

----- As alterações do sistema para permitir a comparação com o Orçamento anterior, já tinham testado isso e o sistema que tinham não permitia.-----

----- Sendo um orçamento de continuidade era necessariamente bom, porque o PS ganhara as eleições com base no Orçamento anterior e, portanto, sendo de continuidade, seria um Orçamento bom.-----

----- Quanto às críticas feitas à higiene urbana, havia um aumento de quase 20% na higiene urbana. Não estava apenas nas Grandes Opções do Plano, não era só uma vontade, estava plasmado no conjunto de opções orçamentais e 20% era um aumento significativo no quadro do Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- A Junta estava amplamente empenhada na resolução do problema da higiene urbana na Freguesia e, com o aumento de competências que esperavam ver resolvido, aí sim poderiam com toda a justiça ser acusados de não resolver o problema. -----

----- Não acompanhava a ideia da Junta de Freguesia não ter uma visão integrada, porque não desligava do facto de terem mais população, mais recenseados, mais comércio, mais atividades no espaço público e fora do espaço público. Não havia nenhum sucesso da Freguesia, pelo menos de uma maneira tão significativa, que pudesse ser dissociado de um bom trabalho da Junta de Freguesia e de uma visão de conjunto que havia para a Freguesia.-----

----- Mesmo as questões do comércio, elas não derivavam apenas do facto de haver uma população com mais poder de compra nesse território ou de haver pessoas que optaram por deixar de ir ao centro histórico e passaram a ir a Alvalade porque era um bom território para estar. Era porque se tinham criado as condições de ser um bom território para estar e criaram-se condições para quem quisesse instalar um comércio tivesse benefícios na celeridade do processo burocrático, por exemplo de fiscalização ou licenciamento. -----

----- Se calhar tinham visões e objetivos distintos para a Freguesia, mas não podia deixar de fazer essa nota também política. -----

----- Relativamente à plantação de árvores, as 25 que estavam ali referidas eram para as traseiras do Vá-Vá, onde também fariam uma intervenção no espaço público para criação de novos estacionamento. Não tinha o número para as replantações mas se o consolidassem também faria chegar. -----

----- Tivera oportunidade se dirigir à Quarta Comissão, da qual também fazia parte enquanto Deputado Municipal, a propósito do eixo central da Avenida da República/Campo Grande, em que referira um conjunto de erros históricos na Cidade de Lisboa e que Alvalade fora particular vítima. Ao criar-se a Freguesia plantara-se um conjunto de espécies arbóreas impróprias e parte dos problemas que tinham na via pública, como o levantamento de passeios, tinha a ver com o facto de se ter optado por árvores impróprias para o território.-----

----- Os choupos eram árvores lindíssimas no seu porte magestoso mas criavam problemas imensos até para a mobilidade condicionada. Os angicos na Avenida de Roma, quando eram fêmeas criavam um problema. -----

----- Sempre que tinham intervenções no espaço público e sempre que havia problemas fitossanitários nas árvores, cortavam e mudavam para espécies mais apropriadas. Toda a gente conhecia as celeumas antigas a propósito do arvoredo na cidade, não eram alheios

a elas e sempre que fosse necessário mudar uma espécie por outra teriam isso em consideração. -----

----- Em relação aos 300 novos lugares de estacionamento, eram 125 na Silva e Albuquerque, 50 no Bairro de São Miguel, 66 nas traseiras do Vá-Vá e os restantes na Aprígio Mafra.-----

----- Os passeios rebaixados derivavam das intervenções no espaço público que faziam por delegação de competências. Todas as outras, não sendo competências da Junta, pedia-se à CML que as fizessem. Num futuro mandato, se tivessem mais delegações de competências para mais espaços públicos na Freguesia, faria a Junta.-----

----- Sobre o pombal contracetivo, aguardava-se por parte da CML que fosse construído no atual parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado. Não sabia se iria resolver os problemas todos, nunca nada resolvia os problemas todos, mas seria uma estratégia significativa. Partilhava de algum conceito da CML de opções menos agressivas no controle de pragas animais e acompanhava a necessidade do pombal contracetivo, embora soubesse que não era a única maneira de combater o problema, mas era uma maneira com a qual simpatizava e queria ver estabelecida no território. -----

----- Relativamente ao Orçamento na ação social, era a mesma coisa que dissera ao Membro Francisco Camacho, eram opções. O Executivo considerava que era um aumento significativo e dava resposta a um número de questões. Se quisessem resolver os problemas sociais todos da Freguesia o Orçamento todo não seria suficiente, mas esse também não era o objetivo nem estava no âmbito da Junta de Freguesia resolver os problemas todos sociais da Freguesia. -----

----- No cumprimento das competências em sede de ação social, esse era um bom Orçamento. Como em todos os outros pontos, tirava-se de um lado para pôr no outro, mas era equilibrado e dava resposta a um conjunto alargado de questões. Por exemplo o Fundo Social de Freguesia estava munido de uma verba que, independentemente de acorrer a todas as situações de pessoas que procuravam essa ajuda, ela não se esgotava.

----- As respostas sociais existiam, estavam articuladas com os centros sociais paroquiais. De momento tinham quatro centros sociais paroquiais em Alvalade, porque um território tinha sido dividido e passara para o Centro Social e Paroquial São Tomás de Aquino. Entre essas respostas, as respostas das IPSS, da Santa Casa da Misericórdia, do Serviço Nacional de Saúde, a Junta de Freguesia seria sempre subsidiária mas ainda assim boa subsidiária dessa obrigação orçamental. -----

----- O pagamento de serviços e avenças parecia óbvio. Nas competências da Junta de Freguesia tinham por exemplo professores de informática, professores de Arraiolos. Não iam pôr esses professores nos quadros da Junta de Freguesia de Alvalade, não era uma necessidade permanente da Junta de Freguesia. Também havia assessores de ordem política que não iam incluir nos quadros da Junta de Freguesia.-----

----- O conjunto de valores tinha a ver com isso, eram muitas atividades que a Junta de Freguesia proporcionava aos seus fregueses e que podia dar ideia de uma soma avultada, mas que do ponto de vista prático tinha visibilidade no conjunto de ofertas que a Junta de Freguesia dava aos seus moradores. Era uma opção natural de gestão. Se quisessem contratar um professor de língua gestual era uma opção que consideraria política mas teria que deixar à liberdade de um Executivo futuro poder não ter.-----

----- Relativamente à externalização no âmbito dos espaços verdes, também era uma questão antiga que não tinham inteiramente resolvida. A Junta de Freguesia não tinha nada a opor ao facto de ser um serviço tercearizado. Se um dia pensassem em ter esse serviço nos quadros da Junta de Freguesia teriam que ter as condições para tal. O projeto Campo Grande/Calvanas tinha uma previsão para estar pronto dentro de oito anos e não iam colocar nas GOP do próximo ano algo que podia estar só em vigor

dentro de oito anos. Se fossem planos para a década talvez, mas de momento não se justificava.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 4 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CDS-PP e BE) -----

----- Submeteu à votação o **PPI**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 4 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CDS-PP e BE)

----- Submeteu à votação o **Orçamento de receita**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 4 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CDS-PP e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Orçamento de despesa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 4 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CDS-PP e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Mapa de Pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU e BE), 4 votos contra (PSD) e 4 abstenções (CDS-PP)-----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Esclarecer que esta não é de todo a proposta de Orçamento que a CDU proporia à população de Alvalade. No entanto, empenhámo-nos em contribuir para a construção de um Orçamento que melhor satisfaça as necessidades da população, particularmente no que diz respeito à educação, desporto e juventude. -----*

----- *Uma vez que este documento partiu de uma base para estes pelouros com valores equivalentes ao do Orçamento 2018, perante o qual já nos tínhamos manifestado como sendo insuficientes para a concretização das atividades regulares previstas, reiteramos essas preocupações mas ficamos com a expectativa, de acordo com a autonomia financeira e política dos nossos pelouros, que o reforço de algumas verbas aquando da transferência do saldo de gestão do exercício de 2018 possa acompanhar a dinâmica de trabalho que temos vindo a empreender. -----*

----- *Não obstante, como todos viram, votámos favoravelmente reconhecendo o enorme esforço de negociação na construção deste documento, que incorpora algumas das propostas por nós apresentadas. -----*

----- *Ressalvamos a questão dos contratos de delegação de competências, reconhecendo estes valores inscritos nas receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado e a adequação que as mesmas terão que ter, tendo em conta o atual quadro de delegação de competências. Irão ser alvo particular da nossa atenção, se vierem a concretizar.”- -----*

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 333/2018, relativa à alteração ao Regulamento do Alvalade em Férias – Crianças e Jovens;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a alteração significativa era no aumento de idade para os 14 anos. Considerara-se isso por um conjunto de vários fatores, em particular os fregueses que pediam esse aumento de idade, o que poderia consubstanciar-se num aumento da oferta, e porque havia condições de investimento para fazer essa opção. Era uma opção que ia ao encontro daquilo que era esperado e desejado por parte dos fregueses e a Junta assumia essa mudança. -----

----- O resto eram mudanças pontuais de ordem técnica, adequar o novo regulamento ao regime legal de proteção de dados, possibilidade de inscrições online. Eram circunstâncias de atualização mais do que de alteração geral.-----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que queria aproveitar, uma vez que estavam numa proposta de alteração ao regulamento, para colocar algumas questões que eventualmente deveriam ter sido tidas em conta no momento de revisão. -----

----- Após a leitura do regulamento ficara com algumas dúvidas, nomeadamente a razão de não estar previsto no mesmo a obrigatoriedade dos monitores terem que entregar o registo criminal por trabalharem com uma autarquia e o registo criminal especial por trabalharem com crianças. -----

----- Não percebia a razão dos monitores terem que ter o 11º ano de escolaridade. Não era a escolaridade obrigatória e não compreendia a razão. -----

----- Perguntou como era feita a contratação dos monitores, se era por via de recibos verdes ou por contrato de trabalho, por exemplo a termo determinado, e como seria feita a seleção e contratação dos mesmos, se seriam escolhidos pelo Executivo ou pelo Presidente, ou eventualmente por um júri. -----

----- Também gostaria de saber qual o critério para se pagar a remuneração a esses monitores, se era tabelada ou descricionária. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que tinha dúvidas nalgumas alterações que foram propostas.-----

----- O alargamento da idade dos 6 para os 14 anos, quando era dos 6 para os 12, iriam ter crianças de 6 anos envolvidas em atividades com jovens de 14 anos. O intervalo era muito grande, deveria manter-se dos 6 aos 12 anos. -----

----- Outra questão era da prioridade no ordenamento das pessoas que tinham acesso. A sua proposta era de que em primeiro lugar fossem os descendentes em primeiro grau, depois os filhos dos trabalhadores, em terceiro lugar os netos dos residentes. Atualmente os avós constituíam uma forma dos pais poderem exercer as suas profissões, eram os avós que tomavam conta dos netos. -----

----- Devia haver uma avaliação anual para adequar a oferta àquilo que acontecera no ano anterior.-----

----- Eram esses pequenos pontos que pareciam importantes e faziam com que o voto da CDU fosse de abstenção.-----

----- **Membro Ana Rita Costenia (CDS-PP)** perguntou quantas vagas estariam abertas para crianças e jovens especificamente, porque no ano anterior, apesar de ter havido mais vagas no Praia/Campo para as crianças, foram imediatamente todas preenchidas. -

----- Gostaria de saber quais os critérios de seleção no caso de haver mais inscrições e serem todos filhos de pessoas da Freguesia. -----

----- **Membro Rosa Lourenço (PS)** disse que queria aproveitar o ensejo para dar os parabéns à coordenadora do programa, a Doutora Ana Almeida, e agradecer a toda a governação da Freguesia a sua visão global no interesse superior da defesa das suas crianças. -----

----- Felicitou pelo aumento do limite de idade aos 14 anos. Era muito importante para a Freguesia terem jovens nesse programa com 14 anos e, no âmbito da senda nacional, a inovação digital. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que tinha algo para dizer também nas outras propostas relativamente à forma como o poder público, ali autárquico, dispunha do seu Orçamento em relação aos cidadãos, quase numa vertente ultra capitalista do *“first come first served”*. Isso não lhe parecia a medida correta. -----

----- Sempre que havia dinheiros públicos postos à disposição dos cidadãos tinha que haver o princípio da igualdade, significando que deveria ser aberto concurso para admissão nesse tipo de benesses. Eram benefícios outorgados a determinadas pessoas e que, por se atrasarem, eventualmente não receberiam esses benefícios. -----

----- Perguntou onde estaria o princípio da igualdade, se não apenas o ter corrido primeiro, eventualmente ter sabido primeiro, ter tido acesso a uma informação privilegiada.-----

----- Eram essas situações de parcialidade que deviam ser afastadas da gestão do poder público. -----

----- Faltava nesse tipo de medidas para crianças e jovens da Freguesia uma ligação com as escolas. Sendo algumas responsabilidades da Freguesia, podia haver uma conjugação de esforços. As crianças e os jovens que estavam nas escolas da Freguesia eram normalmente da Freguesia e havia logo uma relação que deveria ser cultivada para melhor escolha de quem podia ter usufruto dos dinheiros públicos da Freguesia. -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** disse que quando se falava da disparidade de idades não era por acaso, qualquer um percebia claramente que um público de 6, de 8 ou 10, não tinha nada a ver com um público de 14. Era muito complicado transformar esses grupos nada homogêneos. -----

----- Tinham na Freguesia uma oferta específica para os meninos mais velhos, as férias desportivas. Não haveria grande problema se mantivessem os 6 aos 12, parecia-lhe equilibrado e sensato. Era o que entendia e já tinha uns anos a trabalhar com crianças. -

----- Se iam aumentar exponencialmente a idade também tinham que aumentar exponencialmente o número de vagas. Isso também era muito importante. -----

----- Era com esses dois pontos que queria reforçar aquilo que o Membro Aquino de Noronha já ali dissera. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, respondendo à Membro Catarina Ferreira e Silva, disse que o regulamento tinha estado em discussão pública. -----

----- Percebia que fosse o momento oportuno para politicamente fazer alguns considerandos sobre o regulamento, não se podia era por algum motivo considerar que não foram disponibilizados todos os canais legais e não legais para que essas propostas fossem no momento oportuno levadas em sede de discussão pública, para depois possivelmente integrar já uma proposta a levar à Assembleia de Freguesia. -----

----- Relativamente à contratação, era por recibos verdes e, como derivava da Lei geral, pediam sempre o registo criminal a todos os que eram contratados para essas funções. A seleção era feita pela coordenadora do Praia/Campo e tinha sempre como base o conjunto de monitores que prestaram esse serviço no ano anterior. -----

----- O vencimento não constava do regulamento, mas podia fazer chegar depois essa informação. -----

----- Quanto à idade, essas questões eram condicionadas pelos coordenadores. A diferença de uma criança de seis anos para um jovem de doze era muito grande e de seis para catorze era um pouco maior, mas fazia parte desse âmbito alargado. Já faziam uma separação em função da idade e seria feito com mais rigor. Não se punham a fazer as mesmas atividades crianças de seis anos e jovens de catorze, essa divisão existia. Mesmo que pudessem ter cometido esse erro nas primeiras edições, certamente não voltariam a cometer. Essa instabilidade não existia e achava mesmo que não propiciava a que o projeto corresse mal. -----

----- Quanto às questões colocadas pela Membro Ana Rita Costeira, referiu que o aumento não era só da idade, também era da oferta. Fariam acompanhar um aumento de idade com um aumento de investimento, promovendo que mais crianças pudessem aceder a esse projeto. -----

----- Na última edição tiveram três autocarros em dois turnos, dando cerca de 250 crianças, na próxima edição aumentariam pelo menos mais um autocarro. Ainda não estava fixo nem era matéria de regulamento, mas seria sempre acompanhado do aumento da oferta, pelo menos na proporção de mais um autocarro. Não se queria comprometer com um aumento, que até poderia ser maior. -----

----- Agradeceu as palavras da Membro Rosa Lourenço, que eram de reconhecimento pelo trabalho feito ao longo dos anos para aperfeiçoamento dessa oferta educativa. -----

----- A alteração ao regulamento não derivava de uma vontade exclusiva da Junta de Freguesia. Foram auscultando a população que tinha as suas crianças nessa oferta e a que não conseguia ter as suas crianças nessa oferta. No fundo estavam a dar resposta e aumentar a oferta para mais crianças com outras idades. -----

----- Respondendo ao Senhor Vogal José Moreira da Silva, disse que percebia mas o projeto Alvalade em Férias ia de um outro projeto que existia antes e tinha origem na CML, o Praia/Campo. As regras que estavam no projeto derivavam do Praia/Campo, faziam-se algumas atualizações. Não descartava que no futuro pudessem fazer uma alteração, mas também não se comprometia com ela. -----

----- O problema não era estarem numa suposta competição com outras ofertas do mesmo género, ninguém estava a tirar crianças a ninguém, todas as ofertas eram poucas face à procura que existia no território. As férias desportivas feitas pela Junta de Freguesia em colaboração com o Clube Atlético de Alvalade poderiam até ter o seu âmbito aumentado, poderia haver um reforço de investimento nessa área, porque o problema não era oferta de investimento, era precisamente haver mais crianças do que conseguiam dar resposta. -----

----- O que se tentara fazer com a alteração do regulamento era mostrar não apenas a bondade, mas o compromisso com a população para que isso pudesse ser possível. Não havia nenhuma questão de competição, pelo contrário, era um compromisso até de toda a Freguesia e de todas as instituições para que isso fosse possível. -----

----- Disse que Alvalade era uma Freguesia de génese familiar, todo o tipo de famílias mas fortemente familiar. Consideravam que, tal como no atual regulamento, devia constar a possibilidade dos filhos dos trabalhadores poderem inscrever-se no Praia/Campo, mas também consideravam que antes de o poderem fazer estavam os netos dos residentes na Freguesia de Alvalade. Isso também era perceber o território. --

----- Não significava que ter uma opinião diferente era não conhecer o território, mas da maneira como se entendia essa oferta, considerando com bastante valor o tecido social de Alvalade em torno das famílias, terem os avós antes dos trabalhadores, que muitas vezes tinham o encargo quotidiano das crianças a seguir aos pais, era algo que fazia sentido.-----

----- Os trabalhadores tinham serviços sociais, fosse na Câmara ou nas Freguesias, que também davam resposta, mas nem todos os moradores tinham essa possibilidade fora da oferta da Junta de Freguesia. Era por isso que, não desconsiderando a bondade da sugestão, os avós também deviam ter possibilidade a fazê-lo em primeiro lugar, por serem elementos centrais e essenciais no tecido social e familiar de Alvalade. -----

----- Agradeceu à coordenadora Ana Almeida pelo trabalho excecional desenvolvido ao longo dos últimos anos. Era como resposta à excecionalidade desse trabalho que os pais demandavam a Junta de Freguesia para o aumento da oferta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 333/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS) e 11 abstenções (PSD, CDS-PP, CDU e BE). --

----- Continuando, disse que fariam uma abordagem em bloco aos pontos 4, 5, 7, 10 e 11 da agenda. Todos diziam respeito a propostas de celebração de protocolos com diferentes entidades e, como era praxe nessa matéria, fariam a abordagem em conjunto, com apresentação em bloco por parte do Senhor Presidente da Junta e as intervenções igualmente, fazendo depois a votação parcelarmente como era habitual. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que estava de acordo em juntar os pontos 5, 10 e 11. Juntar o ponto 4 parecia-lhe estranho, era completamente diferente. -

----- **Membro Afonso Moreira (BE)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que a reunião levava três horas e, dado a adiantar da hora, sugeria a possibilidade

dos grupos discutirem entre si se iriam intervir de maneira marcada sobre os vários assuntos. Tendo em conta que havia ainda muitos pontos para discutir sobre variados temas, previa que a reunião ainda se prolongasse pelo menos mais uma hora. -----

----- À semelhança do que já fora prática na reunião do ano anterior sobre o Orçamento, fazia o pedido no sentido de, se todos entendessem ser a melhor opção, adiar a discussão e a votação dos restantes pontos para uma reunião a marcar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a perceção era desses pontos não iriam tomar tanto tempo assim. O seu indicador de razoabilidade em termos de tempo era acabarem antes da uma da manhã, de uma forma geral sempre fora assim no passado e acreditava que seriam capazes de o fazer. -----

----- Se por acaso algum grupo entendesse que havia boas razões para suspeitar que não conseguiriam acabar antes da uma da manhã, então poderiam fazer essa suspensão indesejável. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 358/2018, relativa à celebração de protocolo com o Agrupamento de Escolas de Alvalade, referente à cedência do Campo de Jogos D. Pedro Cristo à Escola Básica Almirante Gago Coutinho;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Junta de Freguesia já tinha procedido pouco tempo antes à abertura de um espaço que dava acesso ao Campo de Jogos D. Pedro Cristo à Escola Básica Almirante Gago Coutinho. Era uma necessidade da Freguesia e havendo esse equipamento era formalizar uma coisa que de alguma maneira já acontecia. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que aquele espaço tinha sido requalificado pela Junta de Freguesia, mas a questão era saber se essa utilização, que ficava dedicada durante uma parte do tempo, não prejudicaria a utilização atualmente existente. Perguntou qual era a utilização daquele espaço por parte dos fregueses e se essa nova utilização por parte da escola não iria prejudicar a utilização dos fregueses num regime normal. -----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que, segundo percebera, esse campo passava a ficar para uso exclusivo das escolas. Queria saber quem iria assegurar o cumprimento das obrigações legais relativamente ao uso do campo, se era a Freguesia que continuaria a assegurar todas as obrigações legais, eventuais seguros e afins, quaisquer despesas que pudessem ocorrer, ou se seria o agrupamento de escolas. Não conseguia encontrar essa questão no protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a cedência era em tempo escolar, durante o dia em período letivo, que era o período de menor utilização por natureza própria do espaço. Permanecia a possibilidade de ser utilizado por parte de todos os cidadãos. -----

----- A Junta de Freguesia continuava com todas as obrigações legais decorrentes da gestão do espaço. O campo tinha duas entradas, uma que se construira diretamente para a escola e outra que já existia para a rua. A única coisa que protocolavam era a possibilidade da escola poder utilizar o espaço. Aliás, dando uma nota mais política, nesse âmbito do compromisso da Junta com as escolas e bom ambiente entre instituições. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que, havendo um equipamento na Freguesia que não tinha grande utilização e para o qual existira um investimento da Junta de Freguesia que não estava a ser rentabilizado, parecia interessante que a escola pudesse fazer uso dele no período vazio. Isso ia ao encontro de outra questão e era com esse sublinhado que queria terminar. -----

----- Muitas vezes as competências não eram próprias da Freguesia mas, numa lógica de responsabilidade genérica e de interesse genérico das instituições relativamente ao seu território, muitas vezes as responsabilidades formais não existiam mas havia um sentido de colaboração. Noutras matérias também era assim, como quando tinha falado da higiene urbana e o Senhor Presidente não concordara. Ali também era responsabilidade do Ministério da Educação, no sentido de garantir os espaços para a prática desportiva nas escolas. -----

----- O Ministério da Educação parecia não ser capaz de garantir e a Junta de Freguesia, sem obrigação, sem responsabilidade, com o seu equipamento ia suprir essa falta por parte do Ministério da Educação. Parecia-lhe justo e equilibrado na lógica de cooperação entre as entidades, mas o Senhor Presidente tinha sido menos disponível para essa assunção de responsabilidades quando estritamente elas não eram da sua competência. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as palavras do Membro António Prôa e disse que compreendia a oportunidade das mesmas. -----

----- Pelo seu enquadramento teórico, os casos não eram todos iguais. A Junta tinha construído um espaço de jogos num local que não tinha nada, em função de uma delegação de competências. -----

----- Sabia que não tinha posto em causa o colocar esse instrumento ao serviço da escola, ainda que pudessem fazer considerações genéricas sobre o Serviço Nacional de Educação. Aliás, ficava muito contente em ver o Membro António Prôa partilhar consigo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 358/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que lhe pediram para votar à parte o ponto 10. Não acompanhava relativamente a esse racional mas, assim sendo, discutiriam cada um isoladamente. -----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 364/2018, relativa à celebração de protocolo de colaboração com a Associação Recreativa Taberna das Almas;** -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que falava já dos pontos 5, 10 e 11 e ficava despachado. -----

----- Voltava ao seu ponto anterior, pois tinham ali um bem público que não podia ser posto à disposição dos cidadãos com violação dos princípios essenciais da igualdade, da imparcialidade. Quando se disponibilizavam espaços públicos a cidadãos de acordo com quem pedia primeiro estava-se a pôr em causa a atribuição de um benefício. Chegava uma altura em que não havia mais espaço para dar. -----

----- Devia ser um momento de abertura de um concurso, dizendo que tinham disponíveis determinados espaços de bem público para os cidadãos que quisessem, de acordo com determinados critérios. Teriam uma situação de transparência, de concorrência, de igualdade e imparcialidade. -----

----- Um dia podiam querer uma associação no Centro Edmundo Pedro e não tinha espaço porque já foram atribuídos a pessoas se calhar com menos valia. Estavam a ser atribuídos três pedidos e perguntava qual deles tinha sede na Freguesia de Alvalade. Achava que nenhum deles. Seriam de Alvalade porque iam para o Centro Edmundo Pedro e passavam a ter sede em Alvalade. -----

----- Isso era pôr as coisas ao contrário. Deviam ser pessoas com uma ligação intrínseca à Freguesia, que por alguma razão precisavam de um espaço que não conseguiram

encontrar por vicissitudes várias, designadamente da política de arrendamento errada na Cidade de Lisboa. Não tinham possibilidade de ir para o Centro Edmundo Pedro porque outros se anteciparam. -----

----- Não conhecia nenhum dos três, o que já era mau sinal, porque deviam ser pessoas com provas dadas na Freguesia, mas por isso falava com a maior imparcialidade. Esse critério de atribuição do “*first come first served*” não podia servir como critério na distribuição de bens públicos, porque quando se atribuía a um deixava de se atribuir a outro. -----

----- Isso era essencial, critérios fundamentais e designadamente o primeiro seria ter provas dadas na Freguesia de Alvalade. -----

----- **Membro Igor Roçadas (PS)** manifestou a sua concordância com aquilo que transmitira o Membro do PSD. Era a razão pela qual referira a opção de votar em separado essas propostas, pois iria condicionar a sua votação e a colocação de questões ao Executivo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia visões distintas sobre a maneira como os espaços institucionais da Junta de Freguesia deviam ser disponibilizados. -----

----- Ninguém estava a capturar o Centro Cívico Edmundo Pedro. Não estavam a dizer a uma associação que a partir desse momento fariam a gestão exclusiva do auditório, excluindo todo o resto de associações, não era isso que estava a acontecer. -----

----- Estavam a dar oportunidade a certas associações que por um motivo ou outro, todos esclarecidos nas propostas, optavam por aquilo que a Junta de Freguesia de Alvalade com o Centro Cívico Edmundo Pedro passara a oferecer à cidade. -----

----- Quando as visões eram distintas tinham outras coisas atrás, outras visões distintas de sociedade. Não tinham que fazer sempre discussões de fundo sobre o que os motivava na vida pública. Acabavam por levar ali a súmula do respetivo pensamento e por isso nunca havia uma divergência tão grande que em democracia não pudesse ser condicionada pelo facto de viverem em democracia. -----

----- Se fosse como os Membros José Moreira da Silva e Igor Roçadas diziam, por exemplo não tinham o privilégio de ter no território o “Lisboa Cantat”, que estava em Marvila, e a partir daí ter a extraordinária experiência de poderem contar com o “Lisboa Cantat” na maior parte das atividades da Junta de Freguesia de Alvalade, sendo um dos ativos culturais mais significativos no território, que marcavam e caracterizavam Alvalade. -----

----- A Taberna das Almas fazia um serviço excepcional à cidade como associação cultural e recreativa, que tinha uma feira alternativa extraordinária na Rua do Regueirão dos Anjos, tendo sido despejados pelo senhorio. Concordava que pudesse haver aí uma leitura anterior relativa à Lei das Rendas, uma coisa que ultrapassava a competência da Junta de Freguesia. -----

----- Coletivamente optara-se por dar a possibilidade às instituições de continuarem a trabalhar para o fim a que se destinaram aquando da sua criação, sem fazer juízos de ordem ideológica sobre o que cada um fazia ou discutia. -----

----- Tinha sempre presente o cumprimento básico dos direitos humanos, independentemente de poderem discordar em pontos seletivos, mas considerando que os princípios básicos e até constitucionais estavam presentes no âmbito que as organizações se propunham, oferecia-se um cacifo onde podiam ter a sede fiscal no Centro Cívico Edmundo Pedro e a partir do território desenvolver a sua atividade. -----

----- Começariam a contar com a Associação Recreativa Taberna das Almas como um elemento de dinamização cultural significativo na Freguesia, com sede em Lisboa. A partir do exemplo do “Lisboa Cantat” dava o mote para que se percebesse que não estavam a roubar às associações da Freguesia de Alvalade um espaço da promoção dos

seus eventos, nem dos seus fins. Nunca deixaria de haver espaço, era um compromisso que podia já ficar firmado, para as associações que estando presentes no território de Alvalade deixassem de exercer aquilo que se propunham, se um dia o Centro Cívico Edmundo Pedro ficasse de tal maneira preenchido. Até desejava que esse momento chegasse para mostrar quão importante era para a cidade o Centro Cívico Edmundo Pedro e continuaria a ser e que nenhuma associação de Alvalade ficaria desamparada por a Junta de Freguesia não ter conseguido arranjar um espaço físico para continuarem a desenvolver os seus projetos educativos, sociais ou outros. -----

----- Percebia que as pessoas mudassem de opinião porque, como dizia o Doutor Mário Soares, “só não muda quem é burro”, eram um animal em mudança. Portanto, aceitava que pessoas que no passado votaram pela admissibilidade de associações no Centro Cívico Edmundo Pedro tivessem mudado de opinião, era normal e nem tinha nada que ver com isso para se sujeitar a fazer um juízo de valor sobre o que motivara alguém a fazer essa alteração. -----

----- Historicamente já eram vistos como um elemento de construção de uma cidade mais justa e mais congregadora, através da disposição que davam para o Centro Cívico Edmundo Pedro poder servir a Cidade de Lisboa e a Freguesia, disso não tinha dúvida nenhuma. A sua expectativa era sempre que fosse ali uma proposta, que a associação que passava a ter sede no Centro Cívico Edmundo Pedro pudesse ser um elemento de construção da Freguesia de Alvalade. -----

----- Tinha a certeza que até ao momento não havia nenhuma associação que não tivesse conseguido fazer parte desse tecido que se construía a cada dia mais singular e mais particular. Isso também era dar a tal visão estruturante que tinham para a Freguesia. O Centro Cívico Edmundo Pedro fazia parte da visão de conjunto e estruturante que tinham não apenas para a Freguesia, mas para a Cidade de Lisboa. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que não concordava nada, mas ainda bem que o Senhor Presidente expusera a sua posição. -----

----- Custava-lhe ver o Centro Cívico Edmundo Pedro ser tratado como *off-shore* da Madeira, que no fundo tinha um gabinete 66 que era utilizado para sede de uma série de associações que não tinham nada a ver com a Freguesia, que não tinham ali postos de trabalho, que não tinham riqueza para a Freguesia, nem cultural nem outra. -----

----- Não havia problema nenhum em discordarem. A sua posição era essa, um bem público tinha que ser tratado sempre de forma igualitária por todos os cidadãos. Era algo construído com o dinheiro de todos e por isso tinha que ser tratado da mesma forma para todos e não podia ser um “*first come first served*”, tinha que ser tratado com critérios pré-definidos e abertos em concurso a todos os que pudessem cumprir esses critérios. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que havia uma estratégia que podia ser discutida mas que lhe parecia interessante ser seguida, que era Alvalade enquanto pólo agregador de associativismo de cultura. Não o chocava que houvesse essa atratividade, claro que com ponderação, com respeito pelos princípios que deviam reger a atividade autárquica. -----

----- Tinha uma questão sistemática e metodológica para colocar ao Executivo, até porque parecia uma correção e admitia que por lapso. Em alguns dos protocolos submetidos a discussão e votação tinham a referência: “Entre as valências do Centro Cívico Edmundo Pedro conta-se a cedência de utilização às entidades acima identificadas”. Supunha que fosse um modelo replicado quase *copy past*, mas não havia nenhuma entidade identificada. -----

----- Isso despertava-lhe outro ponto que era interessante na ótica da transparência e que acabava por ser relevante. Deveria existir uma sistematização da listagem das entidades

que tinham um protocolo no ponto concreto do Centro Cívico que estavam ali a falar. Isso porque podia chegar um dia, como o Senhor Presidente falara, em que o Centro podia não estar disponível a novas parcerias. -----

----- Nesse sentido também perceber qual era a estratégia imbuída no Executivo, nomeadamente perceber se existiam pedidos pendentes, se fora negado o direito a alguma entidade similar. Eram esclarecimentos que contribuíam para a transparência desse processo. -----

----- Era importante que a Freguesia de Alvalade fosse um ponto de acolhimento, mesmo que essas entidades historicamente não tivessem estado sedeadas na Freguesia.

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que entretanto tinha ficado com uma dúvida no seguimento daquilo que fora dito pelo Senhor Presidente. Reparara que no ponto 10, referente à proposta 382, falava-se *en passant* que a morada fiscal da associação passaria a ser no Centro Edmundo Pedro. Portanto, cediam um cacifo, eventualmente algum espaço e ficava logo a morada fiscal. Pensava que a associação, quando era constituída, tinha uma sede e uma morada fiscal, mas recebia um cacifo e tinha uma morada fiscal na Freguesia, só porque tinha um cacifo. -----

----- Se quisesse um dia mudar de morada pedia à Junta um cacifo, fazia um protocolo com a Junta e davam-lhe a morada de Alvalade. -----

----- Pelo que o Senhor Presidente falara ficava com a impressão que embora não constasse das demais propostas, nomeadamente no ponto 5, a partir do momento em que celebravam esse tipo de protocolos no Centro Edmundo Pedro, em que havia a cedência de um cacifo e eventualmente de algum espaço, automaticamente todas essas associações ficavam com a morada fiscal na Freguesia de Alvalade. Perguntou se todos esses protocolos originavam uma morada fiscal em Alvalade. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que não ia repetir a expressão do seu colega, mas de facto parecia. Pelo menos parecia que o Centro Edmundo Pedro se estava a transformar num centro de disponibilização de uma espécie de apartados para entidades várias que a pedido, sem se saber a propósito de quê nem para quê, iam obtendo cacifos, moradas fiscais, sedes. Não sabia onde isso acabaria. -----

----- Para além de lhe parecer que isso era demasiado avulso e demasiado ligeiro, era também muito pouco transparente. Se fossem entidades reconhecidas com atividade na Freguesia, com histórico de atividade que fosse do conhecimento geral, poderiam analisar as propostas pela bondade de cada uma delas e de cada uma das entidades, mas as propostas presentes não tinham qualquer referência às entidades. -----

----- A proposta que estavam a analisar, embora a sua intervenção fosse extensível às outras duas, a única referência que tinha à instituição que passaria a dispor de um cacifo e da possibilidade de utilizar o espaço físico do Centro Cívico Edmundo Pedro, para ela fora reservado apenas um parágrafo que não dizia nada sobre a atividade, sobre o histórico da atividade, sobre o contributo que dera à cidade, nem tão pouco sobre o contributo que tivesse dado à Freguesia. -----

----- A primeira questão era de transparência, as propostas não eram transparentes, não tinham informação sobre as instituições. O mínimo que se exigia para se avaliar de forma responsável a cedência de benefícios a instituições era saberem de que instituições se tratava. Não resultava claro das propostas de que instituições se tratava e era muito difícil avaliarem o mérito dessas instituições e a bondade das propostas. -----

----- Era-lhes pedido que validassem ou não uma proposta da Junta para utilização de um bem público, que era um bem escasso. A Junta de Freguesia, com essas propostas, não fornecia informação para decidirem de forma responsável. -----

----- Tinham que prestar contas aos eleitores e aos fregueses e não se sentia em condições de dizer que responsabilmente cedia essas condições a uma instituição para a

qual não lhe deram informação. Era uma questão de responsabilidade e de transparência relativamente àquilo que fora colocado pelo Membro José Moreira da Silva e que não fora ainda esclarecido.-----

----- Havia com certeza um critério para atribuição de espaços, não tinha dúvidas sobre isso, mas aquele espaço não era infinito. Nem o espaço para cacifos era infinito, haveria um número limite para os cacifos disponíveis para serem colocados no Centro Edmundo Pedro. O tempo também era finito, o tempo em que cada instituição ia utilizar aquele espaço também era finito. Portanto, o que estavam a fazer era potenciar um conflito de utilização e a limitar a possibilidade de utilização por parte das instituições, se continuassem em cada a reunião a ter meia dúzia de instituições que não conheciam de parte alguma e que a Junta de Freguesia não as apresentava mas que iam ali parar.-----

----- Perguntou se alguma dessas instituições tinha trabalho desenvolvido na Freguesia e desde quando existiam, quando foram fundadas, que atividades desenvolveram. Era isso tudo que devia estar na proposta e não estava e, portanto, em consciência não podia ser parte da cedência de espaço a instituições que não conhecia e que não foram dadas a conhecer. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que todas as associações que estavam no Centro Cívico Edmundo Pedro foram à Assembleia de Freguesia. A questão da transparência estava resolvida pelo exercício da competência dos Membros da Assembleia. -----

----- Percebera que o Membro António Prôa, para além de querer que o Executivo fizesse o trabalho de casa relativamente ao Orçamento do antes e depois, também queria que fizesse o histórico de todas as organizações que iam para ali. Havia uma parte de trabalho que cabia a quem optava por ter que decidir e responder às propostas a favor ou contra e era essa parte do trabalho que o Executivo não faria pelos Membros da Assembleia. -----

----- Disse que não havia registos pendentes, todos os pedidos que recebiam iam à Assembleia de Freguesia. A competência da decisão sobre quem estava no Centro Cívico Edmundo Pedro não era do Executivo, era da Assembleia de Freguesia. Portanto, se havia alguma questão relativamente à transparência ela não passava por uma competência que o Executivo capturasse para si. Todas as questões relativas à transparência tinham que ser respondidas pela Assembleia de Freguesia e cada um votaria sempre com aquilo que a sua consciência lhe ditasse.-----

----- Em relação às moradas fiscais, o regulamento do Centro Cívico Edmundo Pedro, onde constavam as questões relativas a moradas, fora votado pela Assembleia de Freguesia. O PSD tinha votado a favor e votava a favor a possibilidade das moradas passarem para o Centro Cívico Edmundo Pedro.-----

----- Sabia que pelo menos na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia o PSD tinha entrado numa espiral de quanto pior melhor e não conseguia deixar de notar que havia um combate feroz, intempestivo, que não conseguia aceitar pelas preposições que eram apresentadas como fazendo parte de um debate honesto relativamente àquilo que queriam para a Freguesia.-----

----- Não acompanhava nenhuma das questões colocadas pelo PSD. Aliás, eram violentamente contra aquilo que defendia para a Freguesia e, portanto, concordavam em discordar. Relativamente à competência, decidissem como a consciência ditasse. -----

----- Não tinham que fazer um concurso a convidar as associações para o Centro Cívico Edmundo Pedro. Isso seria num determinado momento, naquele momento só se candidatavam as associações que por algum motivo precisavam, ignorando todas as outras que por circunstância do tempo ficavam privadas de um espaço físico, como

acontecera à Taberna das Almas. Não faria isso e, aliás, eram os Membros da Assembleia a prescindirem de uma competência sua. -----

----- Se fizessem um concurso, os Membros da Assembleia não tinham que decidir se queriam a Taberna das Almas ou não. Se votassem contra, certamente que a Taberna das Almas saberia que votaram contra. -----

----- Não havia questões de transparência, havia uma questão política e perante a competência que tinham os Membros da Assembleia tinham que decidir se queriam ou não as instituições na Freguesia. Qualquer outra questão era uma maneira das pessoas se furtarem às suas competências e isso era outra questão política que certamente não cabia ali. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que o Senhor Presidente da Junta certamente não pusera em causa a honestidade da atitude que tomavam ali, nem tão pouco a responsabilidade e, portanto, não iria deter-se nessa questão. -----

----- Detia-se na questão da transparência e da responsabilidade da deliberação. O Senhor Presidente tinha dito e bem que a decisão relativamente à aprovação dessas propostas era da Assembleia e não devia dizer, porque não lhe ficava bem, que tinham que fazer os trabalhos de casa e ir à procura de informação. Não tinham. -----

----- Se o Senhor Presidente quisesse contribuir para o bom funcionamento da Assembleia de Freguesia, que era seu dever, e se quisesse ser transparente tinha a obrigação de fornecer a informação que não tinham forma de obter, nomeadamente o processo. Perguntou onde estava o processo, onde estava o pedido, a data do pedido. Nada disso tinha sido facultado e era aí que falhava a transparência e o dever de colaboração do Senhor Presidente da Junta para que pudessem na Assembleia tomar uma decisão responsável. -----

----- Não era responsável, era até ligeiro que pudessem deliberar com base numa consideração de um parágrafo genérico sobre uma instituição que não conheciam e não tinha história na Freguesia. Não se sentia responsável em fazer, mas também não lhe parecia responsável da parte do Senhor Presidente apresentar uma proposta sem dar a possibilidade de terem pelo menos tanta informação como o Senhor Presidente da Junta dispunha. Tinha mais informação do que os Membros da Assembleia e era sua obrigação ter facultado atempadamente essa informação, não atirando para ali a responsabilidade de deliberarem sobre isso sem terem informação. Não era sério. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 364/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (6PS, CDS-PP e CDU), 4 votos contra (PSD) e 2 abstenções (1PS e BE). -----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 368/2018, relativa à classificação do Campo de Jogos D. Pedro Cristo como “equipamento desportivo de utilização livre”;** -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que o seu comentário era em relação ao “livre” quando algumas pessoas podiam pagar para o utilizar. Se essas pessoas iam utilizar tinham o dever de pagar. Quando se dizia “livre para toda a gente independentemente dos seus rendimentos”, devia haver aí uma preocupação social, uma diferenciação relativamente a quem podia pagar e quem não podia. Isso devia ser tomado em consideração pela Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 368/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (6PS, 3CDS-PP, CDU e BE) e 4 abstenções (PSD).-----

----- Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 377/2018, relativa à celebração de protocolo de colaboração com a Associação Percursos – Ensino e Formação Profissional;-----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que se congratulava com a proposta, era uma boa medida e devia-se aproveitar ainda mais, sempre que fosse possível esse tipo de iniciativas. O PSD votaria a favor. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 377/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 397/2018, relativa à celebração de protocolo de adesão às normas de participação do Orçamento Participativo de Lisboa 2018/2019;-----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que o PCP tinha sempre defendido orçamentos participados e não participativos. Que não ficasse cingido a uma pequena fatia de um bolo, procurando recriar ou simular uma participação ativa nas dinâmicas das políticas para a Freguesia, para a cidade. Que o Orçamento como um todo pudesse receber de forma global contributos que refletissem as necessidades e prioridades das pequenas ou das grandes maiorias. -----

----- A título de exemplo, a CML apresentara um orçamento consolidado de 1,38 mil milhões de euros para 2019. Para o orçamento participativo era constituída uma verba de apenas 2,5 milhões.-----

----- Esse instrumento era utilizado para executar obras que muitas vezes não estavam consideradas no Orçamento da CML, não querendo isso dizer que as mesmas não fossem necessárias, razão pela qual não deveriam estar à mercê de serem projetos vencedores.-----

----- A título de exemplo na Freguesia, perguntou se o mercado de levante era urgente ou não ser intervencionado. Não tendo ganho o orçamento participativo, continuava por fazer?-----

----- O mesmo com a recuperação do complexo municipal de São João de Brito, se não era urgente ser recuperado, se ficaria de fora caso não houvesse o orçamento participativo. -----

----- O pavilhão municipal de Alvalade não ganhara o orçamento participativo, mas era ou não necessária a sua construção? Teria sido possível mobilizar votos para que fosse um projeto vencedor do orçamento participativo? -----

----- Só com orçamentos participados, com o envolvimento da população, poderia existir uma efetiva e justa participação.-----

----- Quanto à proposta apresentada, mesmo existindo ou não, nada inviabilizava a participação da Freguesia de Alvalade nesse modelo de orçamento participativo, mesmo que a Câmara pudesse vir a delegar na Junta, como já acontecera antes na Junta a execução do orçamento participativo vencedor para a Freguesia, razão pela qual não se entendia o motivo e pertinência da Junta assumir esse protocolo. -----

----- Pelo contrário, ao assumir o mesmo estava a partir de um pressuposto de aceitar as normas de um regulamento deliberado pela Câmara mas para o qual a Assembleia de Freguesia não produzira qualquer contributo ou reflexão. Estariam a testar algo que era emanado pela Câmara e que em alguns casos poderia inclusivamente levar constrangimentos para a Junta.-----

----- Independentemente do entendimento e princípios que já manifestara noutras alturas sobre os orçamentos participativos, seria prudente não aceitar esse protocolo. Se existissem projetos vencedores do OP a Junta devia avaliar se as condições propostas

para execução dos mesmos eram as adequadas e se os meios ao seu dispôr seriam os necessários. -----

----- A reprovação dessa proposta em nada prejudicava a Junta. Pelo contrário, marcava uma posição de quem estava disposto a colaborar, participar mas não perder a sua autonomia de decisão, dando um sinal claro de serem necessários os meios adequados para a concretização dos projetos. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que orçamentos participativos eram uma ferramenta de envolvimento da população na cidadania. Não acompanhava a visão da CDU relativamente ao sentimento participativo pela via de ser um orçamento participado. O orçamento participativo não impossibilitava a participação dos munícipes e dos fregueses nas várias instituições e discussão pública dos mesmos. -----

----- Concordava em não ver qualquer ganho ao assumir essas funções. Defendia que a própria Freguesia de Alvalade pudesse desenvolver o seu orçamento participativo, segundo o seu regulamento, as suas condições para realização de projetos, assegurando no seu Orçamento uma verba própria. -----

----- Não acompanhava a aprovação desse protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 397/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 3 votos contra (CDU e BE). -----

----- **Ponto 10 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 382/2018, relativa à celebração de protocolo de colaboração com a Associação Desportiva Boys Just Wanna Have Fun – Sports Club;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a discussão já tinha sido feita, não voltava à discussão do modo como ela tinha sido feita. -----

----- Queria apenas cumprimentar o representante da associação, que estava presente, Ruben Coelho. Esperava que, caso fosse aprovado, no futuro também pudessem fazer da associação uma marca de referência na prática desportiva. -----

----- **Membro Igor Roçadas (PS)** disse que tinha ouvido o Senhor Presidente da Junta falar como marca de referência no desporto em Alvalade, mas gostaria de saber quais eram as mais-valias que esse protocolo podia levar à Freguesia. Esse clube estava sediado noutra Freguesia e ao ir para Alvalade acompanhava não só o pensamento dos Membros do PSD relativamente a algumas matérias, como iria condicionar o orçamento dos outros clubes que já tinham história e tradição na Freguesia. -----

----- Não se tratava só da ocupação de um espaço, na sua opinião tratava-se também de condicionamento de quem já lá estava e tinha provas dadas. Portanto, queria saber quais as mais-valias que esse clube podia levar à Freguesia quando já tinham instituições com história e tradição na Freguesia. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que as reservas colocadas anteriormente eram pertinentes e atuais nessa proposta, a que acrescia a questão colocada e que lhe parecia muito pertinente. -----

----- Não conheciam o histórico da instituição, não tinham dado informação sobre essa instituição e, portanto, não sentia que de forma responsável pudessem aprovar essa proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** negou ter dito que era um clube de referência para a Freguesia. Tinha prática já existente na Freguesia e por aquilo que sabiam, tanto na prática da natação como na prática do voleibol já era realizado na Freguesia de Alvalade e também havia eventos esporádicos. -----

----- Não olhava para os clubes como competidores entre si. Enquanto todas as pessoas não tivessem uma prática desportiva regular havia espaço para os clubes. Os clubes não

andavam a roubar participantes uns aos outros porque havia sempre mais procura do que oferta. Seria sempre uma oferta complementar para que mais pessoas pudessem reconhecer-se em projetos mais distintos. -----

----- Não se tratava de um método comparativo, era reconhecer o valor da associação para que pudesse desenvolver a sua prática desportiva em Alvalade, o que desejava veementemente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 382/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (6PS, CDU e BE), 4 abstenções (CDS-PP) e 5 votos contra (PSD e IPS). -----

----- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 399/2018, relativa à celebração de protocolo de colaboração com a Associação Tenda Vermelha – Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e no Parto;** -----

----- **Membro Ana Rita Costenla (CDS-PP)** disse que a questão que levantava à celebração desse protocolo não era política mas sim medico-científica. Essa associação, uma das linhas que defendia era o parto feito no domicílio. Em Portugal, em 2017, a taxa de mortalidade infantil chegara aos 2,6%, uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas no mundo. -----

----- As recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia e Medicina Materno-Fetal eram para que os partos fossem feitos em meio hospitalar, se bem que humanizados, coisa que já acontecia na maior parte dos hospitais em Portugal, nomeadamente em Santa Maria. Havia um plano de parto, a pessoa era acompanhada por quem quisesse, com o mínimo de intervenção possível. Escolhia se queria ou não ter anestesia e como queria fazer o período de expulsão. -----

----- O facto de se voltar a ter as crianças em casa significava um retrocesso civilizacional relativamente ao que tinha sido feito em termos médicos e científicos nos últimos trinta anos, em que se formaram as equipas dos profissionais de saúde que ajudaram a essa descida da taxa de mortalidade infantil. -----

----- Leu um excerto das recomendações da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia: “Os estudos relativos ao parto no domicílio têm revelado um aumento do risco de morte neo-natal em cerca de 2% e duas a três vezes maior risco de grave disfunção neurológica”. -----

----- Não eram só as crianças que morriam, porque essas estavam mortas e eram enterradas, era um horror e ninguém discutia isso, mas havia outras que ficavam com uma paralisia cerebral grave, a família sofria para o resto da vida, a criança sofria e a sociedade pagava por isso também. -----

----- Solicitou, em nome do grupo do CDS, que essa proposta fosse retirada. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que de facto a diminuição da taxa de mortalidade infantil em Portugal era um dos avanços civilizacionais mais significativos dos últimos quarenta anos. Ela ia acompanhada de um investimento muito significativo nas políticas de maternidade e de consolidação de estudos e avanços científicos sobre o tema. Sabia disso genericamente e era uma matéria que não discutia, reconhecendo o valor desse avanço civilizacional. -----

----- Levava essas propostas à Assembleia de Freguesia se elas se enquadravam naquilo que genericamente era o cumprimento de um conjunto de preceitos relativos à dignidade daquilo que se propunha. Havia questões que cientificamente tinham que ser debatidas, ou que estavam de novo a ser debatidas, ou continuariam a ser debatidas. Não se sentia nunca confortável para, fazendo um juízo de ignorância, retirar a proposta. -----

----- Propunha que cada um votasse de acordo com a sua consciência. Não se sentia confortável para retirar a proposta, da mesma maneira que não tendo que a votar também não se sentia coagido pela razão das coisas. -----

----- Reconhecia o valor da intervenção mas deixava à consideração da Assembleia de Freguesia a proposta que já estava em cima da Mesa. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** referiu que, antes da intervenção da colega da Assembleia, o posicionamento era idêntico e pelos mesmos motivos às duas propostas anteriores. A intervenção parecera cumprir o objetivo da falha que tinha apontado às outras duas propostas, que era a falta de informação relativamente à instituição, à sua atividade e aos seus propósitos. -----

----- Tinha ficado muito sensibilizado pelos argumentos. Quando o Senhor Presidente levava a proposta já se comprometera com ela ou não a levava ali, com certeza ela seria objeto de uma deliberação da Junta de Freguesia para ser submetida à Assembleia de Freguesia e, portanto, já se pronunciara sobre ela. -----

----- Não perguntava ao Senhor Presidente se tinha conhecimento dessas questões que foram explanadas, mas elas deviam merecer toda a atenção e toda a consideração. Não dizia que apenas com esse argumento deversem recusar a proposta, aliás não era essa a sugestão. Utilizaria outra figura, que fosse suspensa a deliberação na Assembleia de Freguesia para que pudessem refletir sobre a informação e que cada um pudesse procurar mais informação. -----

----- Parecia uma situação que se prendia com avanços civilizacionais, que aliás era uma marca portuguesa que orgulhava, e deviam ser muito cautelosos quando davam espaço para pelo menos, estava a ser prudente nas palavras, porem em dúvida a aposta no caminho que fizeram e que o Senhor Presidente da Junta referira como um caminho positivo. -----

----- Se as coisas eram como foram ali expostas deviam pensar duas vezes se queriam apoiar dessa forma propósitos que eram contrários, pelo menos havia essa dúvida legítima, àquilo que todos elogiavam como avanços civilizacionais, nomeadamente no que dizia respeito à baixa da taxa de mortalidade. -----

----- A proposta que fazia, que nem sequer obrigava o Senhor Presidente da Junta a ter que se pronunciar, era uma deliberação da Assembleia de Freguesia, que suspendesse a deliberação sobre esse ponto em concreto para que pudessem refletir um pouco mais sobre os argumentos que ouviram e eventualmente outros que pudessem ser juntos para benefício da reflexão. -----

----- A sugestão que deixava era a suspensão da deliberação, sem ter que apelar a que o Senhor Presidente tivesse que propor isso mesmo. Era uma proposta que fazia à Assembleia. -----

----- **Membro Ana Rita Costenla (CDS-PP)** disse que fazia investigação na área das neuro-ciências em Santa Maria. Mexia-se muito bem dentro do mundo médico, conhecia inúmeros profissionais da área da obstetrícia em Santa Maria e noutros hospitais. Tinha falado com vários deles e não havia um único, nem sequer os enfermeiros com a especialidade de obstetrícia, a não ser que fossem outros que estavam desempregados... sabia da existência de uma Mariana Torres nessa associação que era médica obstetra, mas tinha tirado uma formação no Brasil, em que a taxa de mortalidade infantil era de 26%. Não havia um único profissional de saúde que lhe tivesse dito que recomendava, mesmo que a gravidez tivesse sido totalmente isenta de qualquer risco, que a mulher fosse jovem e saudável, que o parto fosse feito em casa. --

----- Não recomendavam a nenhuma mulher. Os riscos eram demasiados e podiam surgir a qualquer momento aquando do parto e deviam ser vigiados. As pessoas que iam a casa fazer os partos eram enfermeiros e não tinham qualquer possibilidade de manejar

qualquer instrumento médico, nem tomar qualquer decisão médica para aplicar qualquer medicamento, porque não o podiam fazer, se o fizessem eram presos, se a criança morresse eram presos, como já acontecera em vários casos que saíram até na comunicação social, com a juíza a emitir vários pareceres.-----

----- Queria deixar bem claro que essa posição era bastante fundamentada. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não podia retirar a proposta porque tinha sido aprovada em sede de Executivo. De qualquer forma, o adiamento da proposta para clarificação de todos aqueles que iriam exercer o seu direito de voto era uma coisa perfeitamente legítima. -----

----- Não tinham feito nenhum juízo do ponto de vista científico e se o *apport* seria útil a toda a gente na votação, talvez conseguissem trabalhar na clarificação ali levada. Regra geral não faziam um juízo próprio sobre esse tipo de questões, porque também não tinham os dados que muitas vezes eram significativos. A proposta chegara também por um conjunto de investigadores do ISCTE e a fonte era sempre algo que auxiliava para considerar a validade de uma proposta ou não. Sabiam que no mundo académico as humanidades não eram necessariamente sinónimo de salvação. -----

----- Votaria favoravelmente uma proposta de adiamento, não lhe cabendo votar, mas parecia-lhe sensata. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Assembleia era soberna e, portanto, havendo uma proposta formal apresentada por um grupo para essa votação ficar suspensa até haver uma análise mais profunda sobre a matéria e sobre os propósitos dessa associação, se fosse esse o entendimento geral não via nada contra e podiam tomar essa decisão, suspender a proposta e solicitar ao Executivo que promovesse as diligências necessárias no sentido de melhor investigar e clarificar os propósitos dessa associação.-----

----- Submeteu à votação a **suspensão da Proposta 399/2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente sessão, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, era uma hora e dez minutos do dia 14 de novembro de 2018. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----



